

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ALINY JULLIAN FERREIRA COSTA

**REBATIMENTOS DO FAMILISMO NA SINGULARIDADE DAS
FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/BAIRRO MONTE
CRISTO**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2016**

ALINY JULLIAN FERREIRA COSTA

**REBATIMENTOS DO FAMILISMO NA SINGULARIDADE DAS
FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/BAIRRO MONTE
CRISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Rúbia dos Santos Ronzoni


**FLORIANÓPOLIS-SC
2016**

ALINY JULLIAN FERREIRA COSTA


**REBATIMENTOS DO FAMILISMO NA SINGULARIDADE DAS FAMÍLIAS DO
MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/BAIRRO MONTE CRISTO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente



Prof.ª. Dra. Keli Regina Dal Prá
Departamento de Serviço Social – UFSC
1ª Examinadora



Prof.ª. Dra. Michelly Laurita Wiese
Departamento de Serviço Social – UFSC
2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus que nunca me desamparou neste momento e nos dias mais difíceis esteve do meu lado.

A minha Tia Nelma que me ajudou neste processo, de igual maneira meu Tio Nelson contribuiu para que o trabalho ficasse bom.

As minhas amigas Maria Eduarda, Sabrina Patrícia, obrigadas suas lindas, por todo o apoio neste momento de loucura e pelas angústias que juntas vivenciamos neste último semestre, obrigada por sempre estarem do meu lado.

As minhas migas não menos importantes, Cinthya e Andreia por dividirem estes longos anos de faculdade, obrigado por tudo meninas.

As minhas chefas que foram fundamentais na minha formação acadêmica que contribuíram e colaboraram para que eu pudesse participar de diversas atividades.

Em especial a minha chefe Aline que contribuiu para que eu pudesse realizar minha orientação quando foi necessário no período da tarde.

Aos colegas que fizeram da graduação um momento intenso e muito proveitoso, levarei todos comigo.

A minha orientadora que foi peça fundamental neste processo que não foi muito fácil que apoio em todos os sentidos e que foi fundamental do início ao fim, tenho muita admiração pela professora e pela pessoa que passei a conhecer um pouco mais neste período, a minha eterna gratidão por este momento de troca.

As famílias que fizeram parte desta pesquisa pela contribuição e por compartilhar comigo suas realidades.

A ele meu grande (pequeno) amor, por não me deixar desistir e por me fazer acreditar no nosso arranjo familiar.

Obrigada a todas as pessoas que contribuíram para o meu sucesso e para meu crescimento como pessoa, sou resultado da confiança e da força de cada um de vocês.

Dedico este trabalho a minha filha, que é o meu principal incentivo e o meu arranjo familiar perfeito.

Resumo

COSTA, Aliny Jullian Ferreira. **Os Rebatimentos do Familismo na Singularidade das Famílias do Município de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo analisar os rebatimentos do familismo na singularidade das famílias do município de Florianópolis/bairro Monte Cristo. Desta forma, como objetivos específicos elencou-se: caracterizar as famílias/sujeitos da pesquisa; identificar as políticas sociais/serviços que as famílias acessam; discernir as contrapartidas exigidas pelos serviços; bem como analisar a concepção que as famílias possuem sobre os direitos; detectar as demandas atendidas/não atendidas; compreender qual a avaliação que as famílias fazem dos serviços/programa. Para alcançar estes objetivos, optou-se pela pesquisa qualitativa, cujo instrumento de coleta de dados foi à entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa foram famílias que estão inseridas nos diversos serviços sociais que foram acessadas através da instituição Casa Arnaldo São Thiago, local onde a pesquisadora realizou o estágio curricular obrigatório. O Tema é discutido por meio da relação que se dá entre famílias, políticas sociais e os diferentes modelos de proteção social, especificamente no âmbito da assistência social buscando salientar as práticas do familismo na política social. Os resultados identificam que as famílias são as principais responsáveis pela provisão de bem estar de seus membros, sobretudo, as mulheres inseridas nestas famílias. Constata-se também, que o Estado contribui com serviços públicos assegurados pela CF/88, no entanto percebe-se que estes são insuficientes para dar suporte às famílias fazendo com que as mesmas sejam responsabilizadas ao invés de amparadas. Pauta-se por fim, a necessidade de políticas sociais desfamiliarizadas e desmercadorizadas que invistam em ações pró-família.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Arranjos familiares	34
Gráfico 2 - Composição numérica das famílias	36
Gráfico 3 - Idade	36
Gráfico 4 - Grau de escolaridade	37
Gráfico 5 - Vínculo de trabalho.....	38
Gráfico 6 - Renda familiar	39
Gráfico 7 - Situação de moradia	40
Gráfico 8 - Naturalidade	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Instituto Comunitário Grande Florianópolis
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL	12
2.1 Caracterização teórica dos arranjos familiares.....	12
2.2 Política Social e família: história e (des) proteção social.....	14
2.3 “RESSURGIMENTO” DA FAMÍLIA NA PROTEÇÃO SOCIAL: REFORÇO AO FAMILISMO.....	19
2.4 A Família no Sistema de Proteção Social Brasileiro.....	23
3 PESQUISA: FAMÍLIA E PROVISÃO DE BEM-ESTAR.....	29
3.1 Contexto socioterritorial da pesquisa.....	29
3.2 Percurso metodológico	31
3.3 Caracterização das famílias.....	33
3.4 A família e as políticas sociais: análise da realidade.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

As famílias historicamente sempre foram vistas como espaço de proteção social, tornando-se para a política social foco de atenção. Este processo mostra uma relação contraditória, onde a família sempre foi acolhida e ao mesmo tempo punida e culpabilizada pela legislação social. Recentemente com o Sistema Único de Assistência Social, a família volta à cena com a proposta da matricialidade socio-familiar, ou seja, novas roupagens para uma perspectiva de atendimento que ao mesmo tempo as inclui e as sobrecarrega.

A política de Assistência Social revela uma história pautada na lógica do favor, clientelismo e da caridade, superados legalmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, embora haja avanços no campo legal, sabe-se que garantir o direito social tem sido algo difícil e permeado por correlações de poder.

A Constituição Federal de 1988 aprova junto com a Assistência Social, as políticas de saúde e previdência, assegurando desta forma o tripé da Seguridade Social Brasileira. No que se refere à Previdência Social, constitui-se através da contribuição prévia seja através do trabalho formal ou de forma autônoma. A cobertura ocorre em diversas situações: afastamento por acidente de trabalho, aposentadoria, maternidade ou desemprego, invalidez, entre outros. Historicamente a previdência vem passando por sucessivas reformas que acabam sempre por diminuir o direito do trabalhador.

Já o direito à saúde passou por processos de grandes transformações. O Movimento da Reforma Sanitária imprime outro status à saúde pública, pois a partir da CF/88 a saúde se torna um direito universal, sem necessitar de contribuição prévia e critérios de elegibilidade.

O artigo 196 da Carta Magna dispõe:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução de riscos de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

Contemplando a última política que faz parte do tripé, a Política de Assistência Social, ganha um novo formato com o Sistema Único de Assistência Social que emerge para política em sistema descentralizado, não contributivo e participativo, foi aprovado em reunião em 24 de setembro de 2004.

Os serviços socioassistenciais no SUAS são estruturados sobre algumas referências são

elas: a vigilância social (que consiste na produção, sistematização de informações), proteção social (segurança), Defesa social (consiste no conhecimento do direito). A atenção às famílias é o foco prioritário dos programas/serviços, os mecanismos que são relevantes para a execução da política de assistência social é definido e organizado pelo SUAS.

Apesar de não integrar o tripé da seguridade social, a educação é um direito constitucionalmente adquirido através da lei nº 9.394 que determina as diretrizes e bases da educação nacional no ano de 1996. O artigo 2ª desta lei dispõe que:

A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

A partir do exposto, pode-se perceber que as políticas sociais no pós-Constituição caminharam na perspectiva do direito social de cidadania, direito esse ameaçado na década de 1990 pelo neoliberalismo que tenciona projetos privatistas destas políticas, tornando-as mercadorias e repassando-as para o terceiro setor.

Os projetos de sociedade tensionados nestas duas perspectivas (pós-constituição e neoliberalismo) reascendem o familismo apontando a família como a principal instância de provisão de bem estar.

Dentro desse viés que relaciona a família com as políticas sociais, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os rebatimentos do familismo na singularidade das famílias usuárias do município de Florianópolis/bairro Monte Cristo. Os sujeitos da pesquisa são famílias que estão inseridas na Casa Arnaldo São Thiago/Lar Fabiano de Cristo.

Para o presente trabalho como objetivos específicos elegeu-se: caracterizar as famílias/sujeitos da pesquisa; identificar as políticas sociais/serviços que as famílias acessam; discernir as contrapartidas exigidas pelos serviços; bem como analisar a concepção que as famílias possuem sobre os direitos; detectar as demandas atendidas/não atendidas pelo Estado; compreender qual avaliação que as famílias fazem dos serviços/programa.

O interesse pela temática surgiu da experiência de estágio curricular obrigatório, a partir das demandas trazidas pelas famílias. Durante este período, percebeu-se que estas precisam das políticas sociais para garantir proteção de seus membros e, ao mesmo tempo são submetidas às inúmeras condicionalidades que as sobrecarregam.

Para realizar a pesquisa foi traçado um percurso metodológico para seleção das

famílias: o primeiro critério era selecionar famílias que estavam há mais tempo inseridos na instituição (o período estabelecido foi de 2009 a 2013) para atingir usuários que estivesse há mais tempo no serviço; O segundo critério foi selecionar algum responsável que tenha participado do grupo de Adaptação de Fortalecimento de Vínculos e a partir disso verificar as famílias que participaram com maior frequência do grupo, e logo após as que dispunham de maior flexibilidade de horário para comparecer a instituição para participar da entrevista.

O tipo de pesquisa utilizada foi à qualitativa para melhor compreender e interpretar as concepções e percepções das famílias envolvidas na pesquisa, muito mais que chegar a um resultado, prezou-se pela qualidade desses resultados. O instrumento de coleta de dados foi à entrevista semiestruturada, pois a entrevista é um dos métodos de coleta de dados, e será semiestruturada, pois possibilita ao sujeito da pesquisa responder de forma mais ampla e assim criar mais liberdade nas respostas e também podem surgir informações que ajude a construir a pesquisa de forma mais ampla.

Para a apresentação da pesquisa produzida, o trabalho está organizado em duas seções: A primeira apresenta a caracterização teórica das famílias, a trajetória das políticas sociais passando brevemente pela Lei dos Pobres até chegar à conjuntura do Welfare State e o lugar que a família ocupa nos três modelos de Welfare State segundo Esping – Andersen. Por conseguinte é apresentado como a crise do capitalismo influencia na unidade familiar e o que isso representa para as famílias dentro da política social. Para finalizar essa sessão aborda-se a trajetória das políticas sociais no Brasil e como a família vem sendo tratada neste contexto.

Na segunda seção será abordada a metodologia de pesquisa, o contexto socioterritorial da pesquisa com uma breve apresentação do município e também do bairro aonde a pesquisa ocorreu e, a apresentação do contexto instituição na qual foi realizada a pesquisa. Para a análise dos dados, parte-se inicialmente da caracterização das famílias e por último a análise dos dados da entrevista. A partir deste mosaico de informações, procurou-se compreender se o Estado contribui/não contribui com as famílias através dos seus serviços.

2 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

2.1 Caracterização teórica dos arranjos familiares

Nesta seção serão apresentadas várias concepções de arranjos familiares segundo Medeiros & Osório (2001), Szymanski (2002), Viera (2011) e Teixeira (2013).

Discorrer sobre a temática é algo complexo, à medida que a unidade familiar é definida por diferentes arranjos familiares, ou seja, a categoria é considerada algo heterogêneo por vários autores, pois em linhas gerais cada família é distinta. Bruschini (1993) define família como:

um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. (BRUSCHINI, 1993 p.77).

Em determinado momento da história, alguns estudiosos vão dizer que a família entrou em colapso, mas, na verdade, o que tem nesse momento é o surgimento de vários arranjos familiares que a partir das novas manifestações de famílias vão se adequando a sua estrutura.

Na contemporaneidade os arranjos familiares possuem uma classificação que será recorrentemente apresentada neste trabalho, dessa maneira é preciso pontuar como cada arranjo familiar é composto, para elucidar teoricamente cada composição, se tem como base para a discussão a classificação de três autores: Medeiros & Osório (2001) no primeiro momento depois para Kaslow (2001) que pontua claramente os demais arranjos.

Os autores (Pedreiros & Osório) pontuam duas modalidades arranjo domiciliar familiar e arranjo domiciliar não familiar, neste trabalho será apresentado à primeira modalidade. Segundo os mesmos a família classificada como nuclear será aquelas compostas por casais com ou sem filhos e também o homem ou a mulher com filhos sem a presença do conjugue, e que se subdivide em monoparental feminino ou monoparental masculino.

Kaslow (2001) afirma que a família extensa é aquela formada por três ou quatro gerações dentro de um mesmo domicílio, isto é, mãe, pai, filhos, avós e afins. O autor classifica também aquelas pessoas que vivem juntas, entretanto sem laços de sangue, pode-se dizer que os laços que os unem são os de solidariedade e classifica essas famílias como

compostas. (Kaslow, 2001 apud SZYMANSKI, 2002).

Agora com base nos autores já mencionados anteriormente, se fará a caracterização para identificar os arranjos familiares nos primórdios e se tais percepções mudaram ao longo do tempo.

Segundo Tonnies¹, a partir da família se tem o fortalecimento da comunidade e as suas relações sociais de amizade, parentesco e vizinhança, que formam um sistema de cooperação social à medida que estão inseridas na unidade familiar, as relações sociais existem na família e assim seus laços refletem nas outras relações. (TONNIES apud SIERRA, 2011 p. 11).

Segundo Vieira (2011), Tocqueville (1987) destaca que as transformações econômicas que ocorrem na sociedade trouxeram consigo o individualismo entre as sociedades modernas, e que a família democrática restringiu a autoridade paterna e abre espaço para o afeto e em contrapartida a família aristocrática coloca a figura paterna como algo central. (TOCQUEVILLE, 1987 apud VIERA, 2011).

O indivíduo caracterizado como mal aparece na definição de Ley Play², que acreditava que dentro da família se aprenderiam os valores morais baseados nas posições de hierarquias que existiam dentro da unidade familiar, isto é, o pensador traz uma caracterização conservadora, dentro dessa perspectiva à mulher tem o papel de cuidadora do lar, filhos e o do marido. (LEY PLAY, apud VIERA, 2011).

Com a tipologia de Comte³ consegue-se fazer articulação com o que nos tempos atuais denomina-se “familismo”, o mesmo destaca que a família precisa assumir seu papel. Comte caracteriza a família com que hoje nomeasse de família extensa, ou seja, pais, filho e outros parentes. Ele também defendia que a mulher não precisava ser inserida no mercado de trabalho e acreditava que o casamento era algo indissolúvel. (COMTE, apud VIERA, 2011).

Vale lembrar que essas ideologias apesar de serem “antigas”, ainda estão muito presentes nas denominações de família e nas suas diversas configurações, pois se consegue avançar nos dispositivos legais, mas evidencia-se comumente a família associada ao viés tradicionalista.

Com os estudos de Ariés (1984) depara-se com uma nova denominação para a família burguesa, que foi denominada de família moderna, que é constituída por mãe, pai e filhos, nesse cenário a família é entendida como lugar sagrado, de afeto, carinho segurança etc. (ARIÉS, 1984 apud TEIXEIRA, 2013).

¹ A presente autora não utilizou ano para referência

² Idem

³ Idem

Outra característica que se torna relevante em se tratando de família é a afetividade, já que é ela que também contribui para dar sentido as novas percepções de famílias, pois ao longo do tempo a família passou a ser entendida como unidade aonde seus membros podem ser unidos pela consanguinidade ou pelo sentimento através do casamento e para, além disso, por sentimentos de amizade.

Nessa perspectiva o homem não é mais a soberania da família no sentido em que deixa de ser o detentor de posses inclusive de sua mulher como é caracterizado no modelo patriarcal, assim passa a ocupar o lugar de homem/provedor do sustento da família, no mesmo modo em que a mulher fica como cuidadora do lar, dos filhos e do esposo, nesse momento o casamento rompe com as barreiras econômicas podendo a mulher escolher se casar por sentimento.

No final do século passado, as mulheres adquirem um papel um tanto quanto transformador na família, na medida em que são inseridas dentro do mercado de trabalho, apesar de todas as peculiaridades que esse acontecimento tem esse processo não perde seu valor no sentido em que, pelo menos, em tese a mulher começa a ser possível provedora do lar.

Vale ressaltar também as transformações estruturais das famílias vem para redefinir algumas ideologias, concepções, apesar de que para o senso comum as transformações de família como casais do mesmo sexo, mães solteiras e afins não são vistos com bons olhos diante da concepção da família tradicional.

2.2 Política Social e família: história e (des) proteção social

Os sistemas de proteção social entram em intensas transformações e no decorrer disso a família foi percebida de distintas maneiras, desde início das políticas sociais a família sempre esteve presente, entretanto as formas de (des) proteção foram se modificando.

A primeira Lei dos Pobres de 1388 tinha como principal objetivo fixar os salários, bem como de evitar à chamada perambulância que na época era associada à vagabundagem, a lei tinha um caráter expressamente punitivo, os castigos físicos (tortura) eram permitidos na época.

Em 1530 vem à criação das Casas dos Pobres⁴, e junto a isso tem – se o início das

⁴ Casas dos Pobres (Poor-houses) era o lugar aonde os capazes e os incapazes para o trabalho eram levados, aqueles que estavam aptos ao trabalho tinham que trabalhar dentro das Casas para então garantir seu próprio sustento. (PEREIRA, 2010)

contrapartidas no sentido em que os trabalhadores eram obrigados a trabalhar para garantir a sua sobrevivência, assim nas Casas dos Pobres as ações eram conservadoras e exercia o controle social sobre aqueles sujeitos. No interior das casas os indivíduos não tinham a liberdade e viviam regidos por regras e princípios católicos.

Em 1598 – 1601 acontece uma nova edição da Lei dos Pobres que procurava classificar a pobreza, exemplificando aqueles que não poderiam trabalhar como idosos, doentes mentais entre outros, eram encaminhados para asilos, hospícios, aqueles que estavam aptos para o trabalho eram colocados nas chamadas Workhouses. As crianças que eram dependentes grosso modo eram oferecidas a qualquer habitante que dispunha a abrigá-las e empregá-las em troca de serviços domésticos sem cobrar pelos seus sustentos ou quase nada.

Em 1834, acontece à reforma da Lei dos Pobres, assim a família pobre surge com a finalidade de controlar a mendicância, e as ações desse momento tinham como base a Teoria Malthusiana de controle da natalidade, através de: abstinência sexual e/ou retardamento do casamento, pois se tinha a percepção que o homem era considerado o provedor, e caso não tivesse condições de sustentar sua família, não poderia casar nem reproduzir-se.

Neste sentido, a perspectiva que se tinha era de controle da pobreza e não erradicação da desigualdade social, pois existia medo que a pobreza proliferasse, assim as ações voltadas para aquele momento eram de conter sua expansão.

As famílias só eram assistidas se estivessem inseridas no mercado de trabalho, e as que estavam fora ficavam desprotegidas. Nesse cenário o lugar da família, vale lembrar, pobre, era totalmente de punição e exclusão.

Entre o período de 1838 à 1848, se tem o então chamado movimento cartista que articulou manifestações e também delatou as condições precárias dos trabalhadores, e assim defendeu ideias como as horas de trabalho, o sindicalismo e também a representatividade parlamentar.

Nesse período é criado o termo socialismo pelo então socialista Robert Owen para dar a explicação de um pensamento “anticapitalista liberal”. Marx e Engels também vão fazer suas considerações sobre o assunto, entretanto os mesmos não pregavam uma reforma no sistema capitalista e sim sua eliminação para as ideias comunistas.

Assim surge à concepção da questão social, a fim de explicar e assim fundamentar as causas do pauperismo da época, isto é com o aumento das desigualdades sociais se tem a ampliação da pobreza. Desde modo, Pereira (2010), afirma que no século XIX medidas de proteção social são introduzidas, a contragosto dos liberais.

Os sistemas de proteção social que em tese são orientados pela lógica de direito social

vão ganhar espaço a partir do século XX, não se tem apenas um modelo de bem-estar social, e sim “diferentes espécies de Welfare State, que funcionam de acordo com o regime político que os orientam e com as combinações qualitativamente particulares que efetuam entre Estado, mercado e família” (PETERSON 1991 apud PEREIRA 2010).

O Estado de bem-estar social é resultante de uma intensa luta de classes e do processo de industrialização que foi se intensificando a partir do século XX. Depois de muitas efervescências do movimento operário, consegue-se a formulação de políticas sociais que em parte pode-se dizer que foram avanços, contudo tiveram seu papel na manutenção do sistema capitalista.

Navarro (2002) definiu o Estado de Bem Estar Social como:

as intervenções públicas que têm como objetivo aumentar a qualidade de vida e bem-estar social da população de um país, que incluem áreas tão importantes da vida cotidiana das pessoas como seguridade social, a criação de empregos, os serviços de saúde pública, educação e serviços de ajuda às famílias, assim como programas de prevenção da exclusão e desenvolvimento social e econômico. (NAVARRO, 2002 apud TEIXEIRA, 2013 p. 48).

Diante do que é exposto pode-se reconhecer a relevância da intervenção estatal na provisão de bem-estar social aos seus indivíduos, e que a ação através da formulação das políticas sociais possibilita a garantia desse bem-estar aos usuários.

Pereira (2009) dá a definição de política pública, referida como à coisa pública, do latim *res* (coisa), *publica* (de todos). Sendo que a política social surge para concretizar direitos sociais legalmente adquiridos pelos trabalhadores, isto é, atender as necessidades sociais a partir disso o Estado seria o principal provedor de bem-estar social para a sociedade civil, entretanto trata – se de uma relação, onde a sociedade deve opinar na sua condição.

Assim concorda-se com Jaccoud quando afirma:

As políticas sociais fazem parte de um conjunto de iniciativas públicas, com o objetivo de realizar, fora da esfera privada, o acesso a bens, serviços e renda. Seus objetivos são amplos e complexos, podendo organizar-se não apenas para a cobertura de riscos sociais, mas também para a equalização de oportunidades, o enfrentamento das situações de destituição e pobreza, o combate às desigualdades sociais e a melhoria das condições sociais da população. (JACCOUD 2009, p. 60)

As políticas sociais em tese deveriam quebrar com a concepção de desmercadorização que será discutida nos próximos parágrafos, vale ressaltar, que a categoria desmercadorização formulada por Esping – Andersen (1991) acontece quando o indivíduo encontra no Estado

todas as suas possibilidades de proteção e não precisa recorrer ao mercado.

Com base em Esping – Andersen pode-se dizer que os regimes são heterogêneos, entretanto cada regime apresenta suas particularidades e assim resquícios um do outro, em resposta a isso, nos primórdios do XIX no período o qual se chama de consenso de pós – guerra, neste período surge às ideias de Keynes com a finalidade de trazer o estado como o provedor principal do estado de bem-estar social.

No período de 1945 a 1975 simpatizantes dos regimes liberais, social – democrata, conservadores, se unem para compartilhar um plano econômico, que posteriormente foi chamado de pacto keynesiano, que não previa mudar o modelo de sociedade que era posto, em princípio as ideias de Keynes era apenas preparar o sistema como um todo, para que o Estado exercesse seu papel e dessa forma poder evitar que o cenário econômico entrasse em crise.

A época ficou conhecida por período de “ouro” pelos diversos avanços que vão sendo conquistados como as altas taxas de lucros, crescimento independente e a manutenção do pleno emprego que não eram previstos, entretanto não há o rompimento com a ordem capitalista nesta época.

No âmbito da seguridade social depara-se com o modelo de William Beveridge que ficou conhecido como Plano Beveridge que traz a concepção de segurança social, à medida que assegura a proteção das situações de vulnerabilidades sociais e pessoais, através da renda familiar que se dispunha havia a possibilidade na prestação de serviços a fim de possibilitar que as necessidades básicas fossem atendidas.

Nessa ideia de proteção social, os direitos são considerados como universais e deverão atender a população como um todo e não focar em uma parte minoritária pode-se dizer que o seguro social veio a fim de atender as necessidades, ou seja, dar proteção para que seus mínimos sociais sejam amparados.

No seguro social Beveridge, quando foi cabível agregou-se novos benefícios ao seguro social como indenização do trabalhador, transformações da aposentadoria por velhice para a aposentadoria por tempo de serviço, aqueles que optassem por continuar trabalhando receberiam pensões ajustadas ao tempo de serviço; benefícios como auxílio-maternidade e auxílio-funeral também fizeram parte das conquistas da época. (MARSHALL, 1967, p. 98-99)

O plano Beveridge é algo inovador para o momento apesar do período compor muitos avanços em outros países a realidade era totalmente oposta como no caso da Alemanha que

em que o modelo de seguro vigente era o bismarkiano⁵.

A partir dos anos 1970 o plano econômico começa a dar sinais de estar em declínio o que posteriormente é confirmando, a crise do capitalismo reflete significativamente dentro dos arranjos familiares, fazendo com que a família exerça papel primordial, uma nova tendência entra em campo e transforma a realidade das famílias na política social.

Em seus estudos Esping – Andersen (1991) vai agrupar os sistemas de proteção social, que auxiliam a compreender a família nos diferentes cenários, e para, além disso, como Estado interfere na vida dessas famílias.

Os países escandinavos no qual o modelo vigente é o **regime social – democrata**, dentro desse sistema a provisão de bem-estar social é considerada a mais universal entre os demais modelos. Nessa perspectiva o Estado assume seu papel de provedor de benefícios sociais, e assim o indivíduo e também a família possui autonomia em relação ao mercado.

A necessidade da família dentro do regime é contemplada na medida em que há cobertura de creches, auxílio aos idosos, políticas que possibilitam a inserção dos segmentos mais fragilizados ao mercado de trabalho o que resulta em maior independência dos membros dentro da família.

O modelo social – democrata traz uma perspectiva nova na realidade feminina, no sentido em que a mulher possui amparo diferenciado durante a gestação e licença maternidade⁶, este modelo é desfamiliarizado e desmercadorizado.

Em países como Alemanha, Holanda, Áustria, França, Espanha e Itália o modelo é o **conservador**, com inspiração no modelo bismarkiano, nesse regime o direito social está ligado à concepção de status e também classes, desse modo se tem a reafirmação da desigualdade social. (TEIXEIRA, 2013)

O regime conservador está pautado nos princípios da Igreja e assim preza pela família tradicional, moldando seus benefícios à reafirmação da mulher como cuidadora do lar e também suas funções de mãe. Não há o incentivo da mulher no mercado de trabalho e dessa maneira coloca a mulher e demais membros como dependentes do homem provedor. Tal perspectiva vai à contramão a família nuclear estudada por Parson (1980) que em seu modelo visava à independência da mulher em relação ao homem provedor.

A família no sistema conservador só acessa os benefícios de segurança social como

⁵ O modelo bismarkiano de seguridade social tinha a característica de seguro social de modo que era necessária uma contribuição prévia para ser assegurado posteriormente.

⁶ Os países escandinavos contam com uma infraestrutura qualificada para serviços públicos de educação, com base em Meulders et. al (2007) uma das características que a Dinamarca possui é as altas taxa de emprego para as mulheres (mãe) em tempo integral.

dependente, na medida em que os benefícios estão interligados ao trabalho formal, e assim a única maneira da esposa ter acesso é mediante ao esposo trabalhador, dessa forma não há protagonismo da família e muito menos a perspectiva de incentivo as suas potencialidades, ou seja, é um modelo familista.

O modelo liberal encontrado nos países anglo – saxônicos o mercado assume o papel central na provisão de bem-estar social, as políticas sociais são fornecidas à medida que os necessitados comprovem a sua carência. Dentro desse modelo encontra-se a ação minimalista do Estado e restrito acesso aos direitos sociais.

Apesar de maquiar uma possível autonomia nos acessos previdenciários, por parte dos usuários, esse modelo não rompe com o princípio de desmercadorização a modo que o indivíduo tem que optar ora pelo benefício, ora pelo trabalho. Também não acontece o rompimento com a desfamiliarização, pois o mercado que disponibiliza serviços de contribuição na vida da família.

Assim o regime liberal é extremamente contraditório, de modo que atende apenas uma parcela da sociedade que tem recursos para recorrer ao mercado e assim amplifica a desigualdade social que já é algo bem presente na vida das famílias de baixa renda, ou seja, que vive na pobreza ou extrema pobreza.

2.3 “Ressurgimento” da família na proteção social: reforço ao familismo

A crise do petróleo que ocorreu na década de 1970 resultou em crescentes transformações econômicas para todos os regimes de bem – estar latino-americano e como não poderia ser diferente também modificou a maneira como a família passou a ser tratada dentro desse sistema.

A doutrina denominada de pluralismo de bem-estar vem com o aspecto familista, de forma em que não consegue romper com a responsabilização que atribui à família, ou seja, a categoria pautada por Esping – Andersen (1991), como desfamiliarização não ocorre no pluralismo de bem-estar social.

As políticas sociais ganham nova tendência nesse cenário, todavia o fenômeno que se chama familismo coloca a família na centralidade das políticas sociais e dessa forma como instância primária de bem-estar social de seus membros, não obstante o Estado nesse momento passa minimizar suas ações.

Sticovsky (2010) destaca que “as transformações societárias, decorrentes da crise dos anos 70 do século XX marcado uma profunda recessão, responde por um conjunto de medidas

adotadas como tentativa de superação do mesmo”. Decorrente disso ocorre mais uma vez a participação do terceiro setor na garantia de proteção social, entretanto de maneira mais abrangente.

Assim as famílias se tornam objeto de desejo das ações das instituições o que já ocorria há algum tempo, todavia com a crise essa tendência se tornou mais presente, assim mais uma instância que não é o Estado, desenvolve ações de proteção social que seriam voltadas as famílias.

Os serviços sociais públicos desenvolvidos por entidades não governamentais tem seu crescimento nesse cenário com a ideia de que o Estado é ineficiente, entretanto pelo menos em parte, essas mesmas organizações que não fazem parte do âmbito estatal ou mercantil são mantidas com recurso do Estado e também de parcerias com serviços privados. (ANDRADE, 2009)

O que faz pensar que de certa forma o Estado só é ineficiente na medida em que diretamente não amplia sua oferta e sim passa recursos para que outra organização faça o que em tese seria sua função. As instituições sejam elas governamentais ou não governamentais não conseguem atender a todas as demandas existentes sendo que as famílias se tornam obrigadas a assumir a proteção social de seus membros mesmo sem ter recursos para isso.

A partir disso, antigas parceiras que o Estado tinha como fonte de proteção social ressurge entre elas o setor privado que compõe todas as instituições lucrativas, não governamentais e filantrópicas e com isso as famílias e a comunidade, não podendo deixar de lado o papel que o mercado também executa nesse processo de proteção mesmo sendo para aqueles que possuem o poder de compra. (TEIXEIRA, 2013)

Mediante a isso Pereira, (2010) pontua:

Concebeu-se, dessa forma, um agregado de instâncias provedoras e gestoras no campo do bem-estar, formando em torno de objetivos comuns, composto por quatro “setores” principais: setor oficial, identificado com o governo; o setor comercial, identificado com as organizações sociais não governamentais e sem fins lucrativos; e o setor informal, identificado com as redes primárias e informais de apoio. (PEREIRA, 2010 p.32)

Assim como as instâncias formais na execução das políticas, a família passa a ser responsabilizada também por essa proteção e sendo obrigada a agir antes mesmo do Estado, mesmo **quando** muitas vezes não tenha capacidade para cumprir todas as suas funções sem intervenção, contudo isso não é levado em consideração.

A intensificação das parcerias no provimento de proteção social gerou ainda mais desigualdade social entre as classes, pois as famílias que não tinham recurso e nem acesso ao mercado de trabalho acabam encontrando no Estado a última instância de provisão.

As famílias são “forçadas” a procurar o caminho do mercado, que mesmo sendo colocado como o salvador de todos os problemas, não está aberto para famílias que vivem na pobreza e extrema pobreza, pois este mercado é por vezes mais seletista do que as próprias políticas sociais.

Teixeira, (2013) destaca que os vários níveis de familismo, se manifestaram de diferentes formas dentro dos regimes de bem-estar baseado nas tipologias de Franzoni (2008) nos diferentes países latino – americano. Fazem parte dessa tipologia três regimes de bem – estar, são eles o **1) informal – familista; 2) estatal – produtivista; 3) estatal – protecionista.**

No regime **estatal produtivista** o principal provedor pela política social é o setor privado, dentro do sistema **há** um amplo incentivo a produção de capacitação para o mercado de trabalho e assim potencializar o indivíduo para intensificar as forças produtivas, ao mesmo tempo em que serviços sociais são ofertados. (TEIXEIRA, 2013)

Os países no qual esse regime é predominante são a Argentina e o Chile, a família contemplada pelo sistema é a família denominada de padrão, ou seja, família nuclear, com seus papéis já determinados culturalmente, no qual o homem exerce o papel de provedor e a mulher de cuidadora, dentro desse modelo não acontece o rompimento com o mercado. (TEIXEIRA, 2013)

O **estatal – protecionista** proporciona as políticas sociais através **da ligação com o** mercado de trabalho, ou seja, a provisão de bem – estar está associada à função laboral, o que não é uma novidade no âmbito dos regimes de bem-estar já que anteriormente já havia modelos ligados ao trabalho. (TEIXEIRA, 2013)

Este modelo diferentemente do anterior possui uma oferta mais ampla nos serviços sociais, ou seja, pode-se julgar que eles sejam universais **em relação à oferta**, os países no qual esses modelos estão presentes são: o Brasil, Costa Rica, México, Panamá.

Com base em Teixeira (2013), o último modelo **informal – familista** é o mais familista, aqui se encontra o trabalho não remunerado da mulher, que claramente é visto pelo senso comum como algo normal, já que a mesma está desempenhando seu papel culturalmente pré-determinado.

Dentro desse modelo **há** uma restrição na inserção ao mercado de trabalho, refletindo diretamente na família provocando suas mazelas e vulnerabilidades, a desigualdade de gênero

também se caracteriza dentro do modelo, ao ver que não há a inserção da mulher no mercado de trabalho. (TEIXEIRA, 2013)

As políticas sociais focalizadas, como as da assistência social e os programas de transferência de renda, estão materializando estas tendências, e colocam um peso muito grande sobre a família, em especial à mulher, gestora da renda e responsável por cumprir as condicionalidades do programa. (TEIXEIRA, 2013 p.71)

Não se pode negar que a redescoberta da família como fonte privada de proteção social, significou nada mais nada menos que a passagem de sua autoproteção e a ampliação das desigualdades sociais diante da impossibilidade de recorrer aos serviços privados e ter que antes de receber proteção do Estado exaurir todas as suas funções.

No caso Brasileiro, a família dentro da política social ocupa um espaço contraditório passando por um dualismo de interpretações de sua posição, ora a mesma como unidade “fragilizada” precisa do apoio do Estado, ora a mesma é responsável quase que integral pela proteção social de seus membros, isto é, ao mesmo tempo em que se espera que a família procure a intervenção do Estado ou de suas parcerias para adquirir proteção se espera que a mesma seja essa rede de proteção para seus membros.

Com base em tal ação, encontra-se a categoria familista inserida no âmbito das políticas sociais brasileiras. “O explícito ‘familismo’, no sentido de que, assegurada a renda através do trabalho, supõe – se que a família pode fazer a maioria das funções relacionadas ao bem – estar de seus membros”. (TEIXEIRA, 2013)

Em agosto de 2001 o Código Civil vem com alterações significativas para a família, assim segundo Pereira (2010) “o conceito de família abrange diversos arranjos” seja a família formada pelo casamento de qualquer amplitude, e a comunidade em geral. Outras questões também são revistas e entram em revisão bem como o adultério, a virgindade, casamento, sobrenome e regime de bens.

No âmbito da Política de Assistência Social a família passa a ganhar novos olhares mediante as legislações que vão sendo promulgadas, embora que as mesmas possuam alguns pontos que abram espaços para ações pontuais e emergenciais, dentro da política a família ganha outra perspectiva.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que houve avanços no sentido em que a família passou a ser concebida de outra maneira, contudo também houve retrocessos de modo que não se conseguiu tirar da mesma a responsabilidade de primeira instância a gerir o bem-estar de seus membros.

No próximo tópico contempla-se como a política social se instaura no Brasil e como a política se desenvolve no contexto brasileiro, bem como a centralidade que a família exerce na política principalmente a Política de Assistência Social, embora não se tenha um consenso se realmente existe uma política voltada exclusivamente para a família e não para segmentos, a sim, um reforço na responsabilização dessa família, sem levar em conta suas diversas transformações e características.

2.4 A Família no Sistema de Proteção Social Brasileiro

Apesar de não se afirmar que o estado de bem-estar social se consolidou no Brasil, o país mesmo que de maneira peculiar conseguiu inserção das políticas sociais em sua conjuntura, claro que esse surgimento trouxe consigo ideais compatíveis com as concepções e com os processos históricos que eram vivenciados na época.

Apesar de toda a conjuntura de crise que atacou o país entre 1929-1932 que gerou uma fragilidade por conta da estagnação do mercado mundial na economia e na política do país isso não afetou diretamente a política social como uma forma de recessão.

No Estado Novo (1937 – 1945) a parceria entre Estado/Igreja exerce sobre a família uma linha conservadora, na lógica da Igreja a família é uma unidade que significa modelo e dessa maneira é estigmatizada como família – padrão, assim a Igreja exerce seu papel de dirigente a modo que obriga a família a seguir normas e regras para entrar na família – padrão.

Em 1941, o decreto que ficou conhecido como “Estatuto da família” vem com a intenção de possibilitar a família proteção social, entretanto com ações um tanto quanto reguladoras, **dispõe** sobre as maneiras que a família vai proceder diante de determinada situação.

Esse decreto, conhecido como Estatuto da Família, dispõe sobre a organização e proteção da família colocada ‘sob a proteção especial do Estado’, com indícios de uma política familiar, que visava estruturar a família adequada à ordem social, articulada à política demográfica e ao engrandecimento e fortalecimento da Nação. (TEIXEIRA, 2013 p. 81)

Todavia esse decreto faz controle social na vida familiar totalmente retrógrado no sentido em que dispõe até de que maneira o casal se casará e as condicionalidades para acessar benefícios. O decreto visava dar suporte a família – padrão no sentido em que a mulher/mãe pudesse desempenhar suas funções de cuidadora.

O sistema previdenciário no Brasil também tinha a mesma concepção de acesso

através do emprego do regime conservador, de forma que os membros só conseguem obtenção do direito como dependente do homem/provedor. Assim já se identifica uma política social com o caráter focalizador, celetista e excludente e mercantilizador.

Ainda não foi possível identificar a categoria desfamiliarização à medida que a família é cobrada a todo o momento por seu comportamento, e responsabilizada por suas ações dentro da sociedade, o sistema de proteção social neste momento reproduz um regime de desigualdade social nas relações de gênero e entre as gerações dentro da família.

Em 1945 acontece à queda de Getúlio Vargas no poder, o que acabou resultando em uma turbulenta conjuntura que atingiu a política, a economia e também a parte social do país. Segundo Behring e Boschetti (2008) entre 1946-1964 a uma intensificação das lutas de classe e vários projetos de organizações político – partidárias entram em **disputa**, pois a burguesia se encontrava vulnerável naquele período.

Não obstante toda a conjuntura nada viável para as políticas sociais no sentido de avanços, presencia-se um momento sombrio na história da política, tal como um momento de recessão como consequência dos acontecimentos lamentáveis que aconteceram na época, do qual o suicídio de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar de 1964 estão envoltos. (BEHRING & BOSCHETTI, 2008)

Foi uma época bastante complicada para as políticas sociais, entretanto após essa estagnação começa-se mesmo lentamente a dar alguns passos para alguns avanços. Em 1953 a separação dos Ministérios da Saúde e da Educação, em 1960 acontece o aceite da proposta da Lei Orgânica da Previdência Social.

A Previdência Social em 1966 faz fusão para o Instituto Nacional de Previdência Social INPS afasta os trabalhadores da gestão do sistema público previdenciário, os acidentes de trabalho passam em 1967 a compor o INPS, ao mesmo tempo em que é formado um sistema previdenciário para os trabalhadores rurais.

Na década de 70 ainda sobre a perspectiva da ditadura militar o país passava por situações difíceis, porém mesmo diante de alguns percalços a política previdenciária agregou a possibilidade de acesso às algumas categorias, como por exemplo, as empregadas domésticas que a partir de 1972 conseguiram a cobertura previdenciária, assim como os autônomos e os jogadores de futebol no ano seguinte.

Em 1974 acontece a Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social associando várias instituições que foram elas: a Fundação Nacional para o Bem-estar do Menor (Funabem), a LBA, Central de Medicamentos (CEME), e a Dataprev.

Ainda que muitas transformações tenham ocorrido nesse período, as políticas sociais

brasileiras não perderam suas antigas características ainda se tinha presente às ações clientelistas e o controle central e exclusão da sociedade civil no processo de controle social, isto é, ausência de representação nos espaços decisórios.

A partir da década de 1980 o Estado incorpora o início do princípio do autofinanciamento do investimento social, criando assim lacunas para que o setor privado pudesse se apropriar de ações dentro dos setores sociais, assim ocorre o início da parceria estatal com o setor privado, isso significou uma grande perda econômica no campo social de modo que as instituições privadas também recebem repasse do Estado.

Nessa fase **se percebe** o Estado minimizando suas ações para abrir espaço para a mercantilização dos serviços sociais, além disso, acontecesse o aumento do terceiro setor, que compõe a sociedade civil organizada de modo que se criam as redes de solidariedade, e tem a família como principal foco de trabalho.

O objetivo do Estado se torna a maximização do lucro em detrimento dos gastos sociais em virtude disso, a desigualdade social aflora cada vez mais no sentido em que os detentores de riqueza multiplicam seu capital enquanto os indivíduos que doam sua força de trabalho ficam com o mínimo para conseguir sua subsistência e de sua família, entretanto diante de um sistema capitalista tão desigual a pobreza está se tornando multiplicadora.

A Carta Magna de 1988 modifica a maneira como a família é interpretada nas regulações anteriores, a família diante do Estado ou, pelo menos, nas leis perde a especificidade da qual era atribuído à unidade familiar anteriormente. Como já foi ressaltado antecipadamente é inegável o ganho que a Constituição de 1988 trouxe, entretanto, as transformações postas refletiram diretamente no âmbito familiar.

As famílias por um período foram classificadas como desestruturadas apesar de se ter uma convicção que tal categoria nunca existiu, entretanto por famílias desestruturadas eram classificadas aquelas que não estavam nos parâmetros estatais para proteção dos mesmos, assim como se pode observar o Estado pune e assim a uma culpabilidade com a família por sua situação de vulnerabilidade.

“A família é constitutiva do problema social e de que seus responsáveis não tinham capacidade de educar as crianças, proteger seus membros da marginalidade, da promiscuidade e dos vícios”. (TEIXEIRA, 2013 p.86)

As famílias estavam inseridas em um controle social perverso, pois além de rotulá-las como incapazes, o Estado não oferecia meios para que as mesmas pudessem se “estruturar” diante da situação que eles percebiam que a família estava inserida fazendo da mesma não merecedora de proteção.

Contudo, nos tempos atuais é possível considerar que foi superado em parte esse aspecto de família pobre incapaz na criação das crianças e dos adolescentes e esse fato foi graças ao ECA promulgado em 1990 que em seu artigo 23 dispõe: “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.” **No entanto entendessemos como na prática crianças/adolescentes são retiradas do poder familiar por questões econômicas.** (BRASIL, 1990).

A partir disso se pode considerar que todas as legislações que vão surgindo para os segmentos classificados como fragilizados, foram grandes avanços, pois a família mesmo sendo alvo das políticas sociais em seu início ganhou novas perspectivas, no sentido em que suas novas transformações foram compreendidas, todavia é preciso lembrar que também acontece o aumento no nível de responsabilidade por parte da família.

A assistência passa a ser um direito social, graças a Constituição de 1988, a mesma passa a ser pertencente do tripé da Seguridade Social que é composto pela política de saúde e de previdência social. No sistema de seguridade social a assistência é caracterizada como política não contributiva, disponibilizada a quem dela necessitar.

Em dezembro de 1993 a aprovação da LOAS, de acordo com os princípios e diretrizes que dispõem a Constituição de 1988, a LOAS dispõe sobre “normas e critérios para a organização da assistência social” (BRASIL, 1993). Já realizando seus primeiros passos colocando a família como alvo, o dispositivo legal tem disposto em seu artigo 2º como primeiro objetivo da política de assistência: “a família, a maternidade, a infância e a velhice”. (BRASIL, 1993)

Na década de 1990 vivencia-se um momento de crise e reestruturação do capitalismo, resultante a isso acontece o avanço de ideias neoliberais. O Brasil por sua vez não fica de fora dessa nova conjuntura. Segundo **Teixeira** (2013) o sistema de proteção social ganha um novo significado que é denominado de “ajustamento conservador”.

As ideias neoliberais são um processo de recessão diante das políticas sociais de modo que ações que vão ao sentido conservador de sua ação ganham força e legitimam dentro do campo social, então as políticas sociais que antes mesmo que minimamente eram utilizadas para “proteger” as famílias agora é aplicada para monitorar e fiscalizar as famílias.

Algumas reformas marcaram a década de 90, neste presente momento vale destacar duas: a reforma previdenciária e a criação do Programa Comunidade Solidária que conduz a política como algo emergencial, focalizada, pontual, descontínua e reacende o caráter filantrópico, o que já era característica das ações do Estado daquele momento.

Em 2004, acontece a aprovação da PNAS, essa legislação surge para materializar as

diretrizes dispostas na LOAS, “entendendo a Assistência Social como uma Política Social inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro”. (Couto et al. 2014), dentro os objetivos da PNAS dois têm o descrito o trabalho explícito com famílias: o primeiro afirma que o objetivo da presente legislação é assegurar ações no campo da Assistência Social que tenham centralidade na família e assim garantam a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2004)

A PNAS define o SUAS, que se tornou possível após intenso debate que viabilizou sua criação. O SUAS foi pensado como um sistema descentralizado e participativo, para dar um novo sentido a política de assistência social, um instrumento que traz o novo aporte para a ação profissional, pois caracteriza melhor os objetivos e as ações e mais do que isso estabelece parâmetros para uma intervenção profissional mais qualificada. (BRASIL, 2005)

É preciso ressaltar que no presente momento os serviços socioassistenciais visam à volta para a família, mesmo quando o direito é violado dentro da unidade familiar, as intervenções profissionais caminham para auxiliar a família no momento de conflito, dando suporte para que a mesma consiga recuperar suas funções protetivas.

Entender as vulnerabilidades do sujeito com a toda a perspectiva familiar insere a ação profissional em outro patamar, na direção em que se observa a totalidade daquele momento. Entretanto trazer a família para o centro das políticas sociais pode resultar em ações conservadoras e de controle, na medida em que o profissional tenta controlar as ações da família para moldá-la a uma perspectiva ideal.

Os programas de transferência de renda viram tendência no Brasil, a partir dos anos de 1991 assim vários debates foram sendo construídos, também no presente momento surge à ideia de renda mínima familiar e dessa forma surge à primeira condicionalidade das famílias ligada à educação. (SILVA e SILVA, 2007).

Segundo Silva e Silva (2007) o seguinte debate surgiu após um projeto de lei ser apresentado e aprovado com autoria de Eduardo Suplicy que propunha o Programa de Garantia de Renda Mínima, contudo o programa possuía algumas particularidades que são distintas da atual realidade dos programas de transferência de renda no Brasil, pois atualmente os programas estão voltados para os segmentos fragilizados e focalizados, na época se tinha o objetivo de atender a todos os indivíduos maiores de 25 anos que tivesse uma renda de até dois salários-mínimos em 2005⁷.

No ano de 2001 tem-se a criação do programa Bolsa Escola e também do programa

⁷ Lei nº 11.164 que dispõe sobre o valor do salário mínimo do ano, pontua que o valor era de R\$ 300,00.

Bolsa Alimentação, todavia somente em 2003, que ocorreu de fato a expansão dos programas de transferência de renda no Brasil.

No mesmo ano também ocorre à criação do talvez mais famoso programa de transferência de renda que é o Programa Bolsa Família⁸ que foi a junção das bolsas que existiam até o momento, a perspectiva do Programa é combater a pobreza e a desigualdade social, o programa se baseia por três ações principais que são o acesso a direitos sociais bem como articulação com as políticas sociais, o complemento da renda familiar. (MDS, 2015)

Esses programas apesar de mudarem a realidade do país, exigem uma série de contrapartidas das famílias, dessa maneira o direito social virou objeto de troca, de maneira que as famílias necessitam cumprir “seus deveres” para ter acesso a um benefício que foi legalmente adquirido.

Apesar do programa prever uma articulação com as políticas sociais, o acesso à educação muitas vezes não é garantido, bem como o acesso à área da saúde, pois não é a todo o momento que vacinas essenciais são repassadas para as Unidades Básicas de Saúde, assim o estado sobrecarrega as famílias de responsabilidades mais não dá subsídios para que as mesmas cumpram as contrapartidas postas pelos benefícios.

Grosso modo, os benefícios de transferência de renda têm como foco principal controlar a pobreza, entretanto o benefício por si só não garante tanta estabilidade financeira à família, sendo insuficiente para atender as necessidades básicas da população de modo que a proteção social muitas vezes só acontece quando a família não tem acesso ao mercado de trabalho.

Enfim pode-se dizer que as famílias vivenciaram vários momentos dentro do sistema de proteção social brasileiro e que alguns moldes não foram rompidos como a responsabilização da família na proteção social de seus membros e com o Estado cada vez mais se eximindo de suas funções, mediante novas parcerias formais e informais.

⁸ O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda, a famílias comprovadamente pobres, com renda mensal até 85,00 reais mesmo sem gestantes, crianças ou adolescentes na família e/ou famílias com renda familiar mensal de 85,01 até 170,00 que tenham gestantes, crianças ou adolescentes. (MDS, 2016)

3 PESQUISA: FAMÍLIA E PROVISÃO DE BEM-ESTAR

3.1 Contexto socioterritorial da pesquisa

A presente pesquisa intitulada a Família e Provisão de Bem-Estar, que tem como objetivo analisar os rebatimentos do familismo na singularidade das famílias, foi desenvolvida no município de Florianópolis, que é conhecido como uma cidade turística por todas as suas atrações e diversas praias que possui. Especificamente com famílias residentes do bairro Monte Cristo, que são usuárias dos serviços públicos governamentais e não governamentais.

Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, Florianópolis tinha ao todo 421.240 habitantes com uma área de 675,409 km², a capital que ao mesmo tempo em que é uma cidade turística carece de infraestrutura adequada, bem como as políticas públicas que atendam as demandas da população.

Com base no documento Sinais Vitais (2015) o sistema de coleta de lixo do município chega apenas a 56% do total das casas e que apenas 39% possui esgoto tratado, posto isso **concorda-se** com Campos (2010) quando o mesmo pontua:

O crescimento acelerado das cidades, aliado ao processo de aglomeração urbana possibilitou o surgimento de diversos problemas urbanos referentes a transporte, água, esgotos, moradia, uso do solo, etc., que devem, necessariamente, ser tratados em conjunto pelos municípios envolvidos. (CAMPOS, 2010, p. 40)

O documento Sinais Vitais (2015), organizado pela **ONG** ICOM pontua que entre 2008 e 2014, a capital cresceu em torno de 2,8% ao ano, e segundo dados do CENSO (2010), 51,70% das pessoas são naturais de outros municípios. Por ser uma cidade turística se supõe que a capital disponha de um polo trabalhístico amplo, entretanto a precariedade e os baixos salários rondam a todas as classes trabalhadoras, principalmente pela atual crise que todo o país está enfrentando.

A inserção no mercado de trabalho acabou se tornando algo mais complexo do que já havia sendo, o que acabou abrindo portas para a expansão do desemprego em todo o país, toda essa conjuntura amplifica ainda mais a desigualdade social, o que reflete diretamente na questão social.

O documento Sinais Vitais (2015) pontua que entre 2010 e 2014 foram criadas 34.559 novos postos de trabalho, mas em contrapartida o mesmo documento seguindo os dados do

IPEA diz que 6.193 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e contemplando isso o Censo 2010 trouxe que 21,82% dos domicílios não recebem um salário-mínimo.

Posto isso, pode-se dizer que mesmo com a quantidade expressiva no aumento dos postos de trabalho, algumas famílias não conseguiram acessar uma condição estável de sobrevivência diante do dado exposto pelo Censo (2010) e pela quantidade de família que ainda recebe o BF tendo em vista que para acessar o benefício a renda familiar tem que ser irrisória.

A desigualdade social se expande em consequência da manutenção do capitalismo, quando o único objetivo que se tem é de estimulação do lucro e não da igualdade de acesso e distribuição de bens e serviços. A urbanização também fomenta a desigualdade de modo que as políticas públicas não acompanham essa expansão e o Estado não cria suporte para com as famílias.

Segundo Montaño:

A desigualdade no capitalismo não se resolve apenas com uma socialização parcial da riqueza, mas com a eliminação das classes e da exploração do trabalho pelo capital, ou seja, com a superação da ordem capitalista. (MONTAÑO, 2012, p. 285).

O Censo do IBGE (2010) aponta que Florianópolis tem 13 áreas com condições precárias de infraestrutura, contando também com serviços públicos **deficientes**, sintetiza também que há 5.027 moradias **instáveis** onde morariam aproximadamente 17 mil pessoas.

O bairro do Monte Cristo fica na parte que é denominada de continental e segundo dados colhidos do plano de ação (Christofoli, 2016), é formado por 30 mil habitantes e é subdividido em nove comunidades que são elas: Promorar, Monte Cristo, Novo Horizonte, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha I e II, Panorama, Nova Esperança.

O Monte Cristo conta com alguns serviços socioassistenciais, no bairro do Jardim Atlântico se localiza o CRAS aonde os moradores do Monte Cristo são atendidos, alguns Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também são ofertados dentro das comunidades, por exemplo, o Centro de Educação Complementar da Chico Mendes, o Centro de Educação Complementar Novo Horizonte e o Centro de Educação Complementar Promorar.

Na área da saúde as famílias podem contar com o serviços das unidades básicas, dentro do bairro são cinco postos de saúde que estão espalhados pelo bairro são eles: Coloninha (Promorar), Monte Cristo, Novo Horizonte, Sapé e Vila Aparecida.

Em relação à educação as famílias dispõem de cinco unidades educativas de creche dentro do bairro que são elas: Creche Joel Rogério de Freitas, Creche Mateus de Barros e Creche Chico Mendes, Creche Maria Barreiros, Creche Paulo Michels, todas as creches são municipais. E segundo informações retiradas do site da prefeitura de Florianópolis, o bairro conta com três instituições educativas conveniadas que são: Associação Cultural e Comunitária da Coloninha – “A Casa do Povo”, Conselho Comunitário Coloninha e a instituição na qual foi realizada a pesquisa (Lar Fabiano de Cristo).

O Bairro não conta com nenhuma escola básica municipal, assim são duas escolas estaduais localizadas no Monte Cristo são elas: Escola Básica Pedro Vaz de Caminha, Escola Estadual Básica América Dutra Machado.

O bairro é bastante conhecido pela violência em consequência do forte comércio ilícito que permeia a região, bem como a falta de infraestrutura urbana e equipamentos sociais para a população usuária.

Em um curso que ocorreu na Unidade Básica de Saúde da Coloninha, a então enfermeira do Distrito Sanitário do Continente que está inserida na equipe de atenção primária, destaca que o Monte Cristo está em primeiro lugar em casos sobre Tuberculose no município de Florianópolis.

Assim se tem uma dimensão da falta de estrutura que permeia o bairro do Monte Cristo que claramente expressa à extrema pobreza e as várias expressões da questão social. Não se pode deixar de dizer que as contradições do capitalismo e as crises sistêmicas dificultam a vida da população à medida que a precarização do trabalho se torna recorrente e a ausência do Estado cada vez maior.

3.2 Percurso metodológico

O tipo de pesquisa escolhida foi à qualitativa que segundo Martinelli (1999, p.20) busca, “dimensionar os problemas com os quais trabalhamos para nos trazer as concepções dos sujeitos”, ou seja, nada mais sensato do que estudar a realidade é escolher aqueles que vivenciam esse cenário todos os dias.

Denzin e Lincoln (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa:

consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, entrevistas, fotografias. Busca-se entender o fenômeno em termo dos significados que as pessoas a ele conferem. A competência da pesquisa qualitativa será o mundo da experiência vivida, pois é nele que a crença individual, ação e cultura entrecruzam-se (DENZIN;

LINCOLN, 2006 p.17).

A fim de responder as questões suscitadas neste trabalho elaborou-se um roteiro (apêndice A) para realizar entrevistas semiestruturadas. Para seleção dos sujeitos da pesquisa, buscou-se entrevistar famílias da instituição Lar Fabiano de Cristo/Casa Arnaldo São Thiago as quais houve contato no período do estágio.

O estágio curricular obrigatório ocorreu entre abril e dezembro do presente ano na instituição acima citada, a partir da experiência no campo e de diversas oficinas desenvolvidas dentro da ONG, aconteceu a aproximação com as famílias que fizeram parte da pesquisa.

O Lar Fabiano de Cristo é uma instituição não governamental, isto é do terceiro setor, vinculada a Política de Assistência Social e também a empresa CAPEMISA (Instituto de Ação Social), a organização possui 47 unidades atualmente e sua matriz fica na cidade do Rio de Janeiro e foi fundada em oito de Janeiro de 1958, a partir de convicções de religiosos que identificaram que o trabalho com as crianças/adolescentes isoladamente não estava fazendo efeito, dessa forma começou os trabalhos focados na família.

O Lar leva esse nome por conta do Frei Fabiano de Cristo que nasceu em Portugal em meados de 1676, único filho homem de cinco irmãs, seu nome original era João Barbosa, o mesmo sempre teve uma vida bastante religiosa, entrou para o convento com 28 anos e em 1704 trocou então seu nome para Frei Fabiano de Cristo. O Frei morreu em 1747 com 71 anos de idade e 43 anos de vida religiosa pois desenvolveu uma Erisipela.(CRISTO, 2016).

Segundo o Plano de Ação da instituição a mesma tem por finalidades estatutárias ações de proteção, promoção e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e pessoal, assim como o objetivo de contribuir para a inclusão social através do Fortalecimento de Vínculos Familiares, Comunitários e Sociais, proporcionando dessa forma condições para a inclusão social dos seus usuários, provocando neles o despertar do conhecimento sobre os direitos de políticas públicas como cidadãos cientes de seus direitos e deveres, para que os mesmos possam ser protagonistas de sua própria história e do seu contexto social.

O principal serviço oferecido pela instituição é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cujo objetivo do serviço para a instituição é promover integralmente as famílias em situação de exclusão social, por meio de enfrentamento das causas que produzem as situações de miséria material, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio.

A instituição Casa Arnaldo São Thiago iniciou suas atividades em Florianópolis em 16/02/1974, o Serviço Social da instituição desenvolve suas atividades com o foco na família, a ONG conta com ações socioeducativas e socioassistencial, tem capacidade para atender 150 famílias e 50 idosos.

As famílias foram selecionadas mediante alguns critérios: 1) famílias que estavam há na instituição entre os anos de 2009 a 2013, pois assim haveria maior tempo de utilização dos serviços; no primeiro critério foram selecionadas 31 famílias, logo após a seleção o segundo critério foi aplicado; 2) Responsáveis que tivessem participado do Grupo de Adaptação e Fortalecimento de Vínculos com o segundo critério aplicado as famílias caíram para dez; dessa maneira foi aplicado o terceiro e último critério 3) famílias que frequentam assiduamente ao grupo. Desse modo, foram selecionadas cinco famílias para então compor este trabalho, sendo que as pessoas responsáveis pelas famílias usuárias dos serviços que foram selecionadas foram todas mulheres, vale ressaltar que o sexo não era um critério.

Após a construção do consentimento livre e esclarecido (Apêndice B), foi feito o contato telefônico com as famílias para agendar um dia e horário para que pudesse ser realizada a entrevista. Foram marcadas duas famílias por dia, o momento ocorreu no mês de Outubro do presente ano com as famílias selecionadas.

As entrevistas ocorreram dentro da instituição para melhor andamento da mesma e para não ir até as suas residências preservando sua privacidade. As entrevistas foram realizadas numa sala de atendimento individual, para que houvesse tranquilidade e não fossemos interrompidos.

Para preservar a identidade das famílias envolvidas nessa entrevista e para homenagear as mulheres que fizeram parte desse momento, nomeou-se os sujeitos entrevistados com nome de flores: Bromélia, Copo de Leite, Girassol, Rosa, Orquídea, vale ressaltar, que as responsáveis pelas famílias aqui representadas são as mulheres.

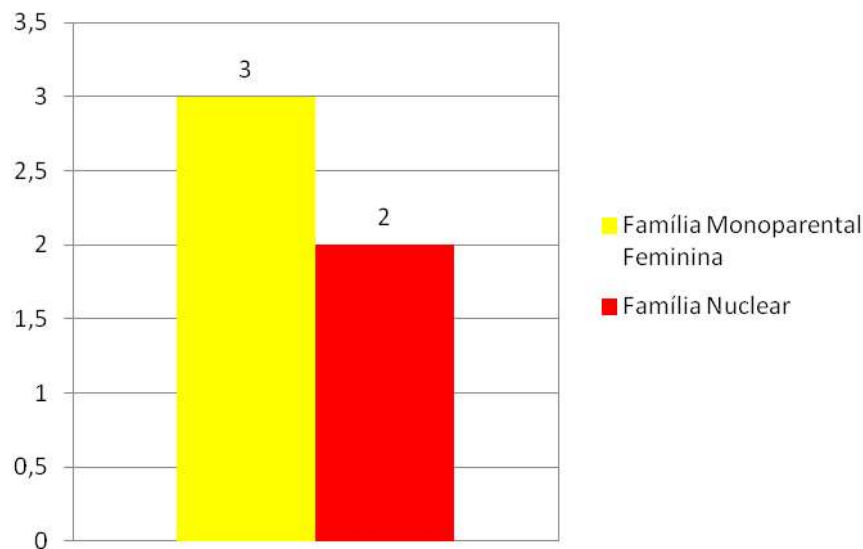
Acredita-se que as entrevistadas se sentiram a vontade principalmente por já conhecerem a autora do presente trabalho, e isso também foi pensado no momento de escolher as famílias, para que as mesmas não se sentissem coagidas a falar, no momento das entrevistas, bem como, no consentimento livre e esclarecido foi solicitado permissão para gravar.

Além de conhecer o contexto territorial e constitucional o qual as famílias estão inseridas torna-se necessário conhecer sua realidade para melhor compreendê-las.

3.3 Caracterização das famílias

Em relação à arranjo familiar considerou-se apenas aqueles membros que moram no mesmo domicílio que as entrevistadas. Sendo assim três famílias foram classificadas como monoparentais chefiadas por mulheres que residem com seus filhos e duas famílias foram caracterizadas como nucleares, ou seja, formadas pelo pai, mãe com filho (independente de sua quantidade).

Gráfico 1 - Arranjos familiares



Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

Como é possível observar no presente gráfico, as famílias pesquisadas, são famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o que é uma tendência contemporânea evidenciada na pesquisa de Síntese de Indicadores Sociais do IBGE divulgada no ano de 2015.

A pesquisa mostra que os domicílios particulares aonde há uma pessoa de referência sem conjuge com filhos não atingiu uma variação grande chegando a marcar de 25,0%. (IBGE, 2015). Contudo a mesma pesquisa destacou que o número de domicílios em que se tinha o homem como pessoa de referência que em 2004 tinha um percentual de 67,7 em 2014 caiu para 54,9 em contrapartida os domicílios chefiados por mulheres que no ano de 2004 era de 3,6% em 2014 subiu para 15,1% (IBGE, 2015).

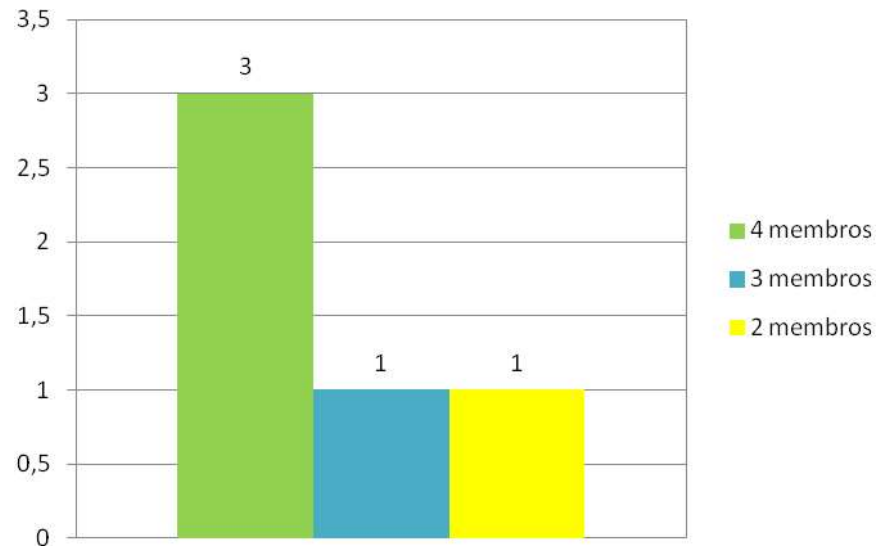
No próximo gráfico, pontua-se a composição numérica das famílias, onde se observou que as famílias em gerais são pequenas comparadas às gerações anteriores. Utilizando novamente os dados do documento Síntese de Indicadores Sociais em 2015 demonstra que a taxa de fecundidade no Brasil vem decaindo ao longo dos anos o que reflete

significativamente nos arranjos familiares. (IBGE, 2015)

Em relação às famílias pesquisadas, duas mulheres têm quatro filhos, considerando aqueles que não residem no mesmo domicílio, duas pesquisadas tem ao todo dois filhos também levando em consideração os que por ventura não residam no mesmo domicílio e uma entrevistada tem um filho.

A Síntese de Indicadores Sociais destaca que no ano de 2004 tinha se 2,14 filhos por mulher no país, no ano de 2014 o dado passou para 1,74 filhos por mulher demonstrando um declínio de 18,6%. Sobre a diminuição dos domicílios, Parson (1980) como foi salientado no segundo capítulo já falava desse fenômeno que está comum nos dias atuais.

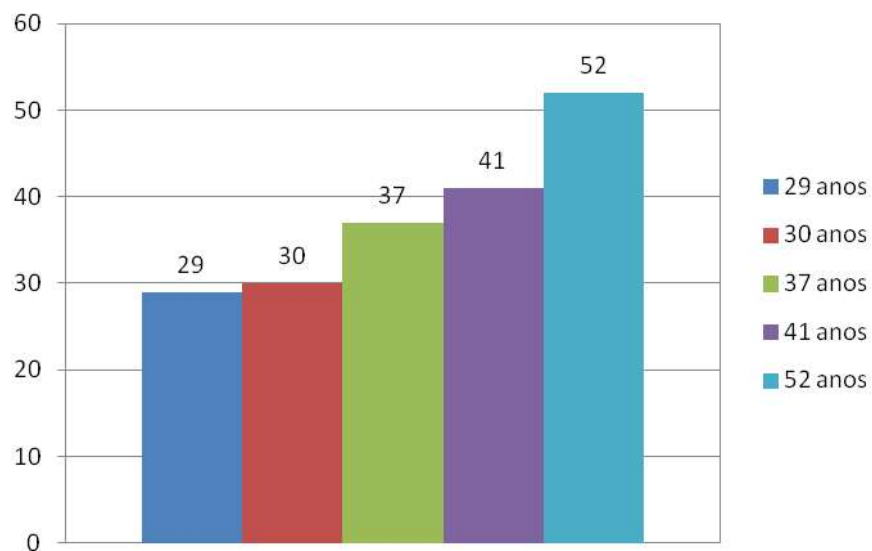
Gráfico 2 - Composição numérica das famílias



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

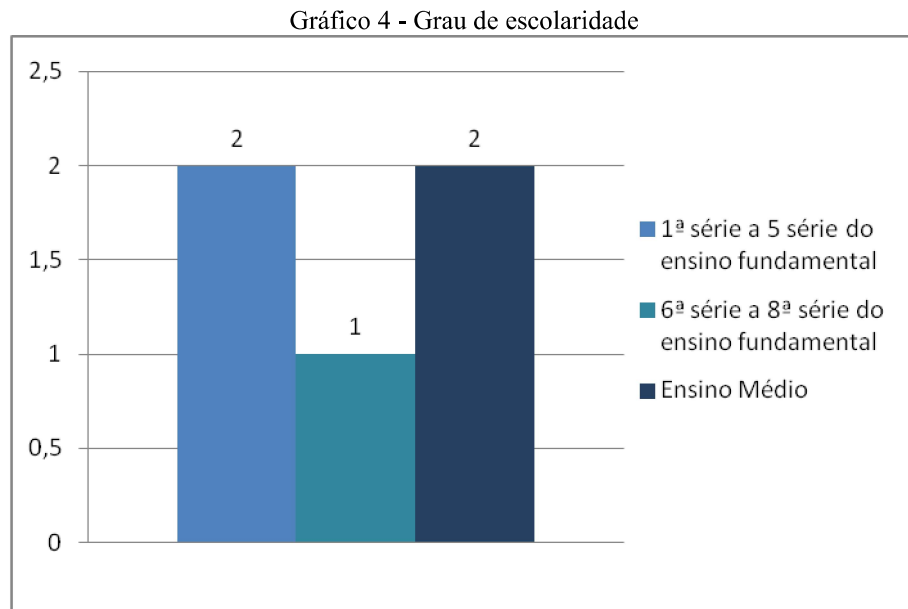
No próximo gráfico, apresenta-se a faixa etária das entrevistadas e com isso se identifica que variam de 29 a 52 anos. Posto isso se pode observar que em geral as mães são jovens:

Gráfico 3 - Idade



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

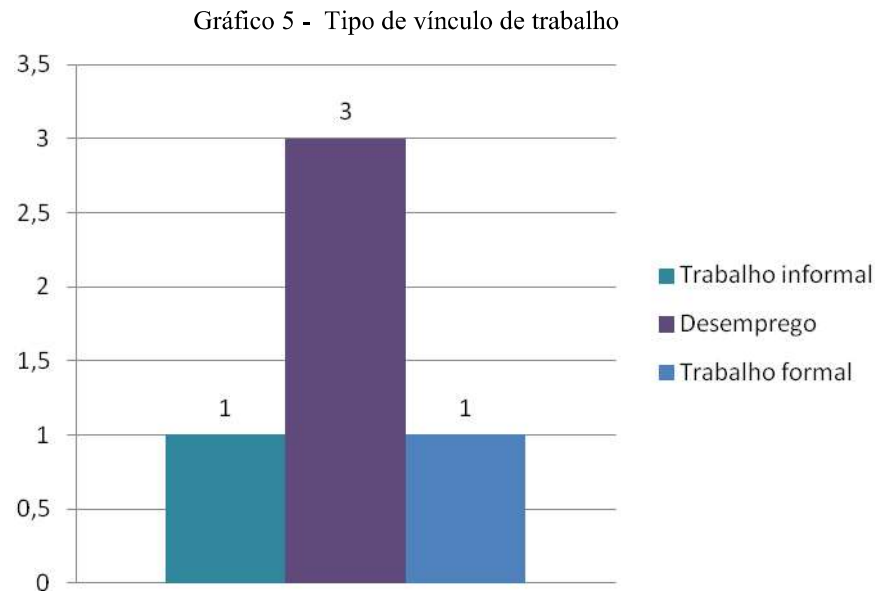
O próximo gráfico busca demonstrar o grau de escolaridade, observar-se que uma das entrevistadas possui o ensino médio completo, enquanto outra tem o ensino médio incompleto, duas concluíram até a 5ª série e outra finalizou até o ensino fundamental.



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

É possível considerar que a escolaridade das entrevistadas é baixa mesmo com duas mulheres conseguindo concluir o Ensino Médio, tendo em vista que muitas não concluíram os estudos. Aponta-se também que a baixa escolaridade é uma característica dos usuários inseridos na instituição.

Outra questão analisada foi em relação aos vínculos de trabalho, onde perceber-se que apenas uma entrevistada declarou estar no trabalho informal, uma entrevistada possui a carteira assinada, (vale ressaltar que a mesma está afastada pelo auxílio-doença) e as outras não desenvolvem atividade remunerada.



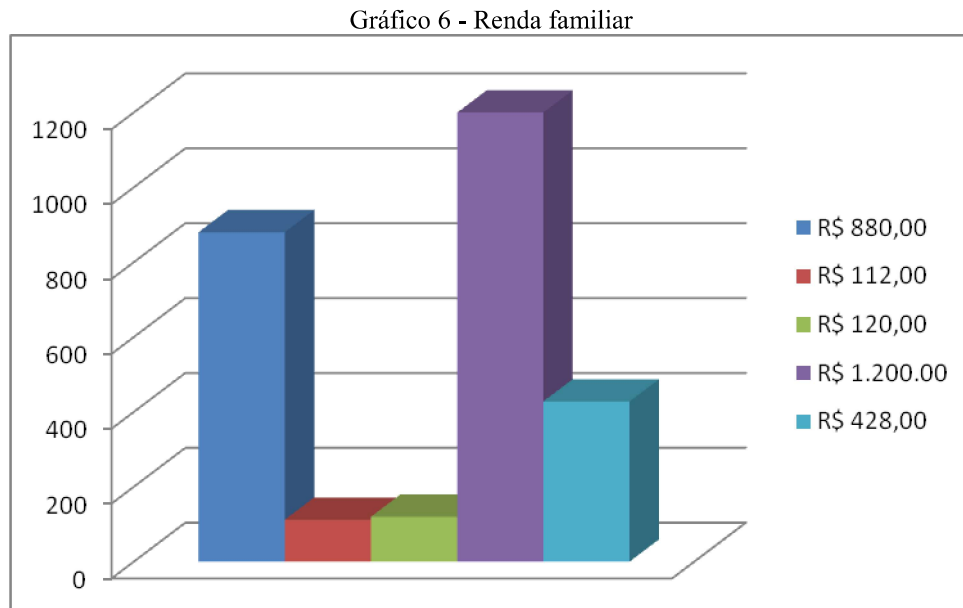
Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

Com o gráfico acima é possível concluir que três mulheres estão desempregadas, uma está inserida no mercado informal e outra está no trabalho formal, no entanto está afastada por motivos que já foram ressaltados [na página anterior](#).

Apesar de apenas uma mãe se colocar no mercado informal ou de, pelo menos, ela ter declarado que faz serviço informal, é justificável identificar que as mesmas estão a mercê do benefício de modo que não possuem outras formas de proteção.

Em relação à renda familiar, observar-se com a que duas possuem renda familiar porque está inserida no Programa Bolsa Família. Uma das entrevistadas está na perícia e também recebe o BF com isso a renda família ultrapassa um salário mínimo, outra entrevistada não possui renda fixa realiza trabalhos informais esporádicos. Apenas uma família possui a renda mais elevada se comparada às demais famílias, mesmo com apenas um dos membros desenvolvendo atividade formal remunerada.

Algumas famílias vivem com maior risco de vulnerabilidades em relação às outras, uma entrevistada relatou que vive com doações, pois na ausência de trabalho e de políticas públicas, a solidariedade também é uma estratégia de sobrevivência.



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

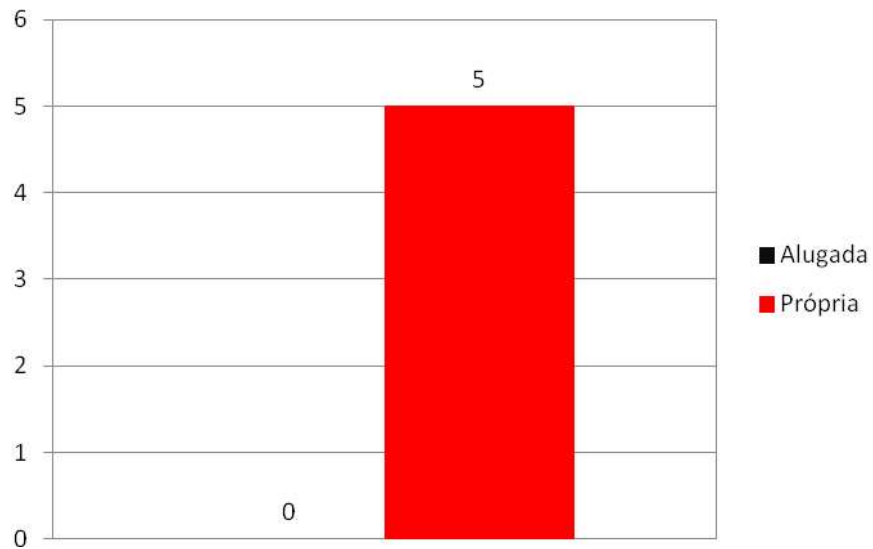
No próximo gráfico contempla-se a situação de moradia das famílias que fizeram parte dessa entrevista. Como se pode identificar as famílias residem em casas próprias facilitando em partes os gastos das famílias, tendo em vista que atualmente no município se gasta em média R\$500,00⁹ reais para se morar em situações muitas vezes precárias.

Não é incomum nas comunidades periféricas a população morar em residências próprias, o presente bairro conta com muitas casas que foram construídas pela prefeitura local através de programas habitacionais¹⁰, todavia vale destacar a precariedade destas residências e a falta de infraestrutura das mesmas também é preocupante.

⁹ IMÓVEIS. Disponível em: <<http://sc.olx.com.br/florianopolis-e-regiao/continente/monte-cristo/imoveis>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

¹⁰ Entre os diversos programas habitacionais que aconteceram no bairro pode-se destacar o Programa Habitar Brasil que construiu 365 unidades habitacionais na comunidade do Chico Mendes: 289 moradias de 42,00m² (para famílias com até 4 pessoas) 76 moradias diferenciadas de 63,00m² (para pessoas com deficiência física, pessoas idosas, famílias numerosas e comércio). (FLORIANÓPOLIS, 2011)

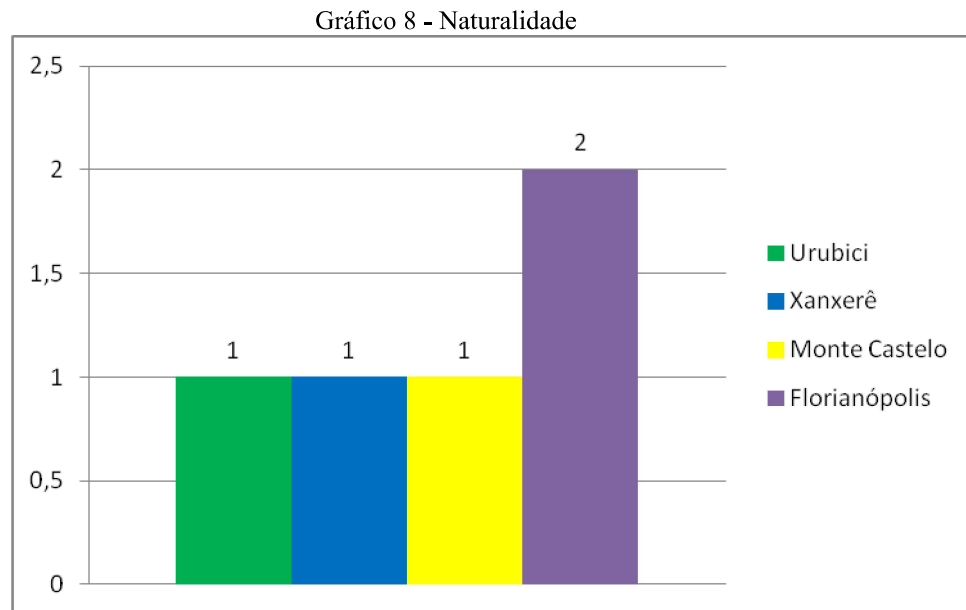
Gráfico 7 - Situação de moradia



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

No último gráfico procura-se demonstrar uma característica que é bastante comum dentro do município de modo que a imigração surge na expectativa de uma vida melhor, sendo assim constata-se que as maiorias das entrevistadas são imigrantes e moram no município há muito tempo, algumas vieram com suas famílias extensas outras vieram já com a família nuclear.

É possível observar no gráfico, três entrevistadas vieram de outros municípios do Estado de Santa Catarina, outras duas entrevistadas são naturais do município de Florianópolis. O Censo demográfico do ano de 2010 afirma que 51,70% da população não são naturais do município de Florianópolis.



Fonte: Fonte: Elaboração da autora
Conforme dados obtidos.

Como foi possível analisar as famílias estão inseridas em contextos bastante heterogêneos, mas também se homogeneízam em algumas situações tais como: as condições de trabalho, renda, escolaridade. Enfim, são famílias vulneráveis que necessitam de amparo estatal. Então fica a pergunta: O Estado tem apoiado essas famílias? Vamos analisar essa resposta no próximo item.

3.4 A família e as políticas sociais: análise da realidade

A primeira pergunta do questionário (**Apêndice A**) **tinha a finalidade** de identificar com as entrevistadas quais as políticas sociais a família acessa. Mediante as repostas foi possível identificar que todas acessam o serviço local de saúde (Unidade Básica de Saúde), duas acessaram a previdência social e todas acessam a política de Assistência Social através do Serviço de Fortalecimento de Vínculos que todas estão inseridas, quatro acessam o Benefício do bolsa família e duas em que os filhos estão em idade escolar também tem acesso à educação pública. Ou seja, o tripé da seguridade social embora não seja o ideal, tem um peso importante no suporte à família.

Na entrevista perguntou-se o que elas acham das condicionalidades que lhes são exigidas para serem inseridas e continuarem nos programas/serviços. De modo geral todas as famílias concordaram com as condicionalidades, entretanto vale destacar algumas falas.

Bromélia diz que “Eu sei que é obrigatório” e ainda contempla, “eu concordo com as condicionalidades de todas as creches não só aqui...” quanto ao benefício do BF aponta que não discorda. A **Orquídea** ressalta que “eu acho bom, porque tem que participar das coisas”. A **Girassol** afirma “porque também não adianta estar em um programa e não ter responsabilidade”.

Dessa forma Miotto (2010) pontua:

A concepção de que a responsabilidade do cuidado é da família é compartilhada também pelas próprias famílias, que naturalizam as exigências dos serviços e, muitas vezes martirizam-se pela impossibilidade de ofertar melhores condições de cuidado. (MIOTTO, 2010 p.133)

Diante das falas das entrevistadas pode – se dizer que todas trazem para si ou para os filhos uma responsabilização no intuito de que, se elas estão inseridas em programa/serviços nada mais justo que seguir as regras que lhes são impostas, não possuindo um olhar amplo sobre as condicionalidades. Então como foi ressaltado no capítulo dois deste presente trabalho, o Estado com as condicionalidades das políticas sociais exige um papel de responsabilidades das famílias, que por sua vez acabaram por incorporar essa função.

Como algumas mães não possuem o companheiro de referência, essa responsabilidade cresce ainda mais, pois elas se sentem na obrigação de dar proteção social aos seus filhos e dessa forma acreditam que a participação constante nas reuniões e outras contrapartidas que são exigidas pelos serviços, são naturais e sempre serão cobrados das responsáveis das crianças. Neste sentido aceitar as condicionalidades e incorporá-las, revela o quanto à família é desprovida da noção de direitos sociais.

No período de estágio ficou nítido como as mulheres são as grandes responsáveis pelo cuidado dos filhos, muitas mães mesmo com companheiros não conseguem dividir as responsabilidades, isto é, quando são chamados os responsáveis na instituição grande maioria são mulheres que aparecem, a concepção de mulher cuidadora que foi abordada amplamente dentro dos diversos modelos de proteção social é bem presente na vida dessas entrevistadas.

A **Bromélia** ressaltou exatamente este ponto: “seria bom se viesse o pai e a mãe, mas nem sempre isso acontece, mas é mãe que vivem puxando a orelha, mas isso faz parte”. Então sempre se diz que a família é responsabilizada dentro do sistema de proteção, contundo arrisca-se em dizer que as mulheres inseridas na unidade familiar é que são responsabilizadas.

Torna-se propício neste momento falar alguns pontos sobre o Programa Bolsa Família que foram discutidos durante a entrevista, como já foi ressaltado quatro famílias acessam o

benefício e duas famílias receberam a orientação de Assistentes Sociais, outra foi de parente e uma foi do colégio que a filha estuda.

Foi questionado as entrevistadas se o benéfico auxilia na renda familiar e assim conseguiu-se as seguintes respostas: “na atual situação que eu estou, que eu me encontro, não é que ele ajude mas ele vai me quebrar um galho” (**Orquídea**), “ajudava, era maior antes, mas mesmo agora que eles diminuíram um pouco, mas o pouco que vem já é alguma coisa” (**Rosa**) “Ajuda, no meu caso ajuda bastante” (**Girassol**), “no momento para mim não ajuda muito” (**Bromélia**).

É preciso evidenciar que **Girassol** recebe um valor mensal superior às demais famílias e levando em consideração que também faz atividade remunerada informal a mesma possui uma renda que em partes dá para sobreviver minimamente com os filhos e talvez esse seja o motivo de acreditar que o benefício contribui, pois mesmo que ela não consiga realizar suas faxinas eventuais o acesso à alimentação não será “negado” aos filhos.

Como já foi caracterizado o vínculo empregatício das entrevistadas, vale lembrar que três participantes da pesquisa que recebem o benefício não estão trabalhando formalmente. A **Orquídea** está em processo de perícia, entretanto a mesma não conseguiu o acesso, a **Bromélia** não declarou atividade informal. A **Rosa** como já foi explicado possui carteira assinada, mas está afastada por auxílio – doença.

Todas as famílias são vulneráveis, mas duas famílias estão vivendo em extrema pobreza, diante dos valores que foram citados durante a entrevista e por não terem nenhuma outra fonte de renda, estão totalmente dependentes do benefício e claramente o valor de 100,00 auxilia na vida familiar, principalmente porque não contam com nenhuma outra proteção social.

Assim mais uma vez evidenciam-se os rebatimentos do familismo de modo que o Estado garante o acesso ao benefício, a família neste momento se sente obrigada a dar proteção aos seus membros de modo que a mesma acredita que recebeu subsídios para efetuar tal ação, contudo como esperar que a família dê proteção aos seus membros com o valor de 100,00?

Com base nos dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos que foi divulgada pelo Dieese, Florianópolis é a segunda capital com a cesta básica¹¹ mais cara do

¹¹ A cesta básica composta pela pesquisa anteriormente citada é composta por: carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, açúcar, óleo, manteiga, o que comprova que realmente a cesta não possui nada de sobrenatural. (PNCBA, 2016).

país com o valor de R\$ 475,22. Segundo a mesma pesquisa diante do salário-mínimo¹² líquido os indivíduos teriam que trabalhar 118h50min para dar conta de adquirir os alimentos que compõe a cesta básica.

A mesma pesquisa afirma que:

levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário. Em outubro de 2016, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria equivaler a R\$ 4.016,27. (PNCBA, 2016)

Atualmente as políticas sociais adquiriram um caráter focalizador e seletivo que não dá conta de atender os mínimos sociais das famílias público-alvo dos programas de transferência de renda. Fica assim, evidente que as famílias não possuem condições mínimas de vida já que estão vivendo na extrema pobreza.

Posto isso, reconhece-se que apenas uma família (**Copo de leite**) teria condições de comprar a cesta básica sem levar em consideração os demais gastos da família. Apesar disso, diante dos demais gastos pode também não ter condições já que são duas crianças que requer gastos maiores diante dos adultos e também é preciso lembrar que esta mesma família não possui acesso ao benefício.

As demais famílias que compõem este trabalho, com a renda apresentada não conseguiriam comprar a cesta em sua totalidade dessa forma é preciso notabilizar como as famílias estão desprotegidas mesmo sendo “protegidas”, pois à medida que consegue acessar o benefício assistencial ou demais serviços/programas pode – se concluir que a família tem acesso à proteção social, mas está por sua vez é paliativa e imediatista.

Em relação às condicionalidades que são cobradas das famílias no acesso ao Programa BF, os autores Júnior, Jaime & Lima (2013), vão destacar que:

As condicionalidades definidas para o PBF compõe um conjunto de ações nas áreas de saúde, educação, e assistência social. Assim as famílias beneficiárias do programa devem assumir e cumprir estes compromissos para continuar recebendo o benefício, e o poder público se responsabiliza pela oferta dos serviços públicos. (JÚNIOR, JAIME, LIMA, 2013, p. 95).

No entanto, as contrapartidas não são compromissos que as famílias devem assumir diante de um direito social, as famílias têm a função de cuidado e proteção de seus membros,

¹² Segundo o decreto DECRETO Nº 8.618, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015, o valor do salário mínimo é de R\$880,00 reais. (BRASIL, 2015)

contudo cabe ao Estado ser o provedor de proteção social de qualidade e que atenda as necessidades das famílias para que assim elas tenham como “assumir” o compromisso que lhes é imposto.

Com a finalidade de perceber se além das famílias serem responsabilizadas pelas políticas sociais as famílias entendem que ter o acesso às políticas sociais é um direito legalmente constituído, foi perguntado na entrevista o que as mesmas achavam que é ter acesso aos benefícios/programas/serviços.

As respostas foram das mais diversas possíveis, no entanto uma família citou a palavra direito em sua fala, a **Rosa** afirmou: “eu acho que para a criança estar indo, eles têm direito de alguma coisinha”, a resposta da **Copo de Leite** chamou atenção, pois a mesma separou as políticas sociais entre saúde e assistência mesmo não sendo feito isso no momento da entrevista, com isso a mesma declarou que “o posto é obrigação deles atender a comunidade, a prefeitura no caso”. Quanto à instituição a mesma afirmou que “foi uma benção”, A **Girassol** foi categórica ao afirmar “é um favor”.

À vista disso conclui-se que as famílias não atribuem o acesso à instituição como um direito social delas e de seus filhos, possivelmente pelo fato de a instituição não estar ligada diretamente a prefeitura e sim ao terceiro setor o que pode dar a impressão que realmente é um “favor”.

Neste contexto o que nos remete é à autonomia profissional. O Serviço Social mesmo em espaços conservadores pode desenvolver uma postura crítica perante a realidade. Outro ponto pode-se referir ao fato da instituição ser religiosa, retomando a assistência social dentro desta perspectiva.

Todavia em determinados momentos da entrevista **Bromélia** destaca sobre benefício do BF, a mesma declarou “Foi o meu tio que me indicou, disse que eu tinha direito”. A entrevistada, **Copo de Leite** quando foi explicar seu acesso à previdência social e destaca “eles falaram que eu tinha direito então eu fui e foi rapidíssimo”. Constata-se que essas mulheres percebem as demais políticas sociais como direito, já a assistência social como caridade.

Corriqueiramente os **serviços sociais**, principalmente da Política de Assistência Social são vinculados a ações de filantropia e caridade, reforçando o quanto ainda há que superar práticas conservadoras e ampliar a noção de direitos dos usuários.

Como foi contemplado na introdução deste trabalho, precisa-se compreender qual a avaliação das famílias sobre os serviços/programas. Diante disso questionou-se: Qual a sua avaliação sobre os programas/serviços que sua família acessa?

Em relação à ONG **Girassol** disse: “Está sendo ótimo eu não tenho do que reclamar”; **Rosa** afirmou: “atenção delas se a gente precisa de alguma coisa, elas estão ali prontas para ajudar a gente eu muito vezes elas me ajudaram” e a entrevistada **Orquídea** falou: “o que eles podem fazer pela família eles fazem”.

Quanto aos demais serviços quatro entrevistadas falaram negativamente da Unidade Básica de Saúde e uma mãe se mostrou favorável aos serviços prestados, todas as reclamações giram em torno das consultas demoradas, da falta de médico e do mau atendimento. A **Rosa** declarou: “eu não tenho que me queixar, que eles não atendem a gente...” já a **Copo de Leite** disse: “com a saúde eu não estou muito satisfeita”.

De um modo geral a área da saúde não é vista com bons olhos pela população seja na atenção básica ou alta, as lacunas que compõe a eficiência dos serviços prejudica sua eficácia, mesmo assim é importante destacar que o SUS não é de fato o problema e sim a má gestão dos serviços.

Duas famílias têm seus filhos inseridos na educação básica local, ambas as avaliações foram positivas de igual maneira as mães se referiam à escola da seguinte maneira: “Elas me adoram e eu as adoro, então para mim é maravilhoso” (**Orquídea**). A entrevistada **Rosa** disse: “apesar de passar por muitos problemas como violência, mas, mesmo assim, eles cuidam muito bem das crianças”.

A articulação com a educação que é prevista de certa forma auxilia para que as crianças/adolescentes não efetuem a evasão escolar o que é comum nas famílias de baixa renda, de modo que o trabalho infantil é bem forte, no entanto, o programa por sua vez só diz que a criança/adolescente tem que estar inserido na creche/escola, mas não garante o acesso aos usuários.

Outra questão que também não é levada em conta são os conhecimentos adquiridos no período escolar, isto é, a qualidade da educação que são oferecidas a essas crianças, pois para além do direito de ter acesso à educação esse acesso precisa ser de qualidade e possa possibilitar as crianças/adolescentes um futuro de possibilidades.

Já que a porta de saída do BPF seria a universidade nada mais justo do que investir naquilo que é um objetivo do programa, pois para ter acesso a uma Universidade Federal, os indivíduos precisam ter um arcabouço de conhecimento e para, além disso, as mesmas oportunidades daqueles que consegue acessar os serviços privados.

Assim como aconteceu no momento de avaliação da instituição, as entrevistadas abordaram o afeto pelas pessoas que as atendem e não ao serviço em si, ou seja, de fato as famílias quando se lembram de um serviço avaliam as condições de afeto dentro do espaço,

talvez a chamada rede de solidariedade.

Apenas uma família é atendida pelo CRAS¹³ e a avaliação da representante da família a respeito do Serviço não foi satisfatória, a mesma declarou: “eu acho que em uma parte eles ajudam, mas tem certas coisas que eles não procuram saber a realidade” e ressaltou ainda “então às vezes eu acho que eles têm que procurar agir pelo lugar certo, não ir por boatos, é tão fácil você pegar o telefone e denunciar alguém, e depois provar, isso é bem difícil pra gente...”.

Entende-se que essa não é a função CRAS ficando nítido que há uma “fiscalização” da família afirmando uma responsabilização sobre a proteção social de seus membros.

Boschetti, (2009 p.5) destaca que “a avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia.”, dessa forma pode-se analisar que as famílias não se percebem como sujeitos de direitos, mas sim fiscalizadas pelo serviço ou “ajudadas” por eles.

A pesquisa em si tinha a finalidade de compreender se de fato o Estado contribui/não contribui com as famílias através dos seus serviços, a partir da opinião das famílias sobre o assunto, neste sentido as respostas foram: “Contribui com certeza, porque o dinheiro pouco ou muito sempre ajuda” (**Bromélia**) “Ah sim, eles dão muito ajuda, muito apoio, eu acho, através até da saúde, em qualquer lugar eles contribui bastante”. (**Rosa**)

Quanto às falas favoráveis em relação à contribuição do Estado na vida dessas famílias pode-se dizer que o Estado mesmo com uma ação minimalista, dispõe de um sistema amplo embora não universal, mas a proteção social contribui com as famílias vulneráveis.

Assim o Estado contribui em parte para a vida dessas famílias, no sentido em que oferece os serviços públicos, no entanto, para além de apenas fornecer os serviços é necessária a construção de novos projetos de vida pautados na autonomia e emancipação social dos sujeitos.

Mioto (2010) afirma que para que as famílias tenham suas necessidades básicas e uma estrutura eficaz de cuidado e proteção é necessária a organização e a articulação de serviços, a articulação se dá por meio de três processos que são pontuados por ela como processo político-organizativo que contribuem para o debate na relação das famílias e proteção social pública, rompendo com a ideia de responsabilização da família assim garantido a expansão dos direitos sociais.

¹³ O Centro de Referência de Assistência Social é a porta de entrada da Assistência Social, se localiza nas áreas de vulnerabilidades sociais e tem como objetivo fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (MDS, 2015)

O processo de planejamento e gestão que segundo a mesma autora está ligado às ações que são desenvolvidas por profissionais com o foco no planejamento institucional e assim constroem outra direção para o atendimento das necessidades das famílias ao invés dos propósitos da instituição. O terceiro processo é sócio-assistenciais que estão vinculadas as ações que são desenvolvidas pelos profissionais diretamente com as famílias para então buscar sua autonomia com a finalidade de responder suas necessidades.

Em relação à autonomia do usuário, Teixeira (2013) pontua que a uma necessidade de cuidado quando ao empoderamento de que o indivíduo consegue seguir por conta própria, neste sentido levando o mesmo para a perspectiva de buscar saída em suas potencialidades e assim reforçar suas responsabilidades e também da família.

Inicialmente as ações sobre o trabalho social com as famílias eram voltadas para famílias ditas desestruturadas como foi apresentando no segundo capítulo deste trabalho, mas ainda assim as famílias convivem com atendimento que reforçam suas responsabilidades em nome do protagonismo e da autonomia.

Entende-se que os dispositivos legais da assistência social, como a PNAS e o SUAS entendem perfeitamente os diferentes arranjos familiares, contudo esses mesmo dispositivos não entendem ou não deixam claro quais as concepções sobre as funções das famílias de modo que abre um leque para ações profissionais conservadoras que fiscalizam a família.

Os rebatimentos do familismo estão presentes na vida dessas famílias que se acostumaram com seu cotidiano de pobreza e após a inserção nos programas/serviços adquiriram a responsabilização para si. Percebe-se que o Estado está longe de ofertar políticas desmercadorizadas e desfamiliarizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, pode-se perceber que as políticas sociais têm características familistas e que a família é retomada como primeira instância de provisão de bem estar aos seus membros.

O neoliberalismo imprime ao Estado uma perspectiva reducionista e minimalista no que se refere às políticas sociais, acionando cada vez mais a família para ocupar seu espaço de primeira instância na provisão de bem estar.

As políticas sociais devem atender as reais necessidades da população, ou seja, famílias que vivem na extrema pobreza não vão recuperar suas condições através de benefícios com os valores irrisórios, pois claramente estas mesmas famílias não têm acesso ao mercado formal de trabalho e mesmo acessando o mercado informal estariam em condições precárias de trabalho.

Essas famílias estão inseridas no sistema de tal maneira que esquecem que apesar de terem que assumir os cuidados pelos seus membros, cabe ao Estado à provisão maior e ampla de serviços públicos para que consigam integralmente desempenhar suas funções.

Para além das questões objetivas e econômicas, faltam às famílias se perceberem num contexto de demandas coletivas, pois apesar de terem suas singularidades estão submetidas às nuances da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo em que se encontram (des) protegidas pelo Estado, não estão encontrando na Política de Assistência Social, serviços voltados à sua autonomia política e emancipação social.

O modo perverso que o sistema atua sobre as famílias é completamente diferente de proteção, já que a mesma pode ser punida quando não cumprir as contrapartidas e, para, além disso, há uma transferência da ideia de incapacidade ou até mesmo o sentimento de falha nas suas funções protetivas.

A redescoberta da família no âmbito das políticas sociais reascende um conservadorismo que sempre existiu, entretanto trazer a família como foco central retoma perspectivas enraizadas na Igreja de modo que estas tinham que seguir regras para serem aceitas nos serviços sociais.

A política de Assistência Social prevê a intersetorialidade, que de certa forma é imprescindível para a provisão de bem-estar dos indivíduos, no entanto o que se evidencia é uma rede de serviços fragmentados e não que não consegue atender de forma ampla as demandas dos usuários.

Em sua amplitude os serviços/programas precisam efetivar o reconhecimento dos

usuários enquanto sujeito de direitos, no entanto o viés neoliberal que as políticas sociais assumem acabaram por anular o usuário enquanto protagonista de sua vida de modo que amplia suas responsabilidades em detrimento da garantia de direitos.

A partir da análise dos dados pode-se perceber que as famílias vivem na pobreza e na extrema pobreza e são o público-alvo do Programa Bolsa Família. As mulheres são protagonistas nestas famílias e são essas que mais acessam os serviços socioassistenciais. A escolaridade das mulheres em sua maioria é baixa, o que conseqüentemente interfere na inserção no mercado formal de trabalho. Também se constata que as famílias conseguem acessar a diversos serviços em diferentes políticas, em especial na Saúde, Assistência Social e Educação.

As famílias em sua maioria demonstram que não consideram o acesso à Política de Assistência Social como um direito, pois esta ainda está vinculada a ideia de favor, caridade e filantropia. O conservadorismo presente nos serviços é um traço marcante da referida política, devido a todo o contexto histórico trilhado junto à igreja católica e a sua recente incorporação como Política Pública. Outra questão que pode ser analisada refere-se à minimização estatal e sua transferência de responsabilidades para o terceiro setor, formado em grande parte por instituições religiosas o que novamente reforça esse caráter filantrópico.

Com relação às outras políticas mencionadas neste estudo, em especial saúde e previdência, percebe-se que as entrevistadas reconhecem como direito. Isto porque o acesso à saúde é mais universal especialmente na proteção básica desenvolvida nos centros de saúde. E a previdência por ser contributiva, muitas vezes remete à legalidade e direito.

A avaliação que as entrevistadas fizeram do Estado foi paradoxal. Ao mesmo tempo em que teceram críticas e aspectos negativos de alguns serviços, pontuam que o Estado contribui em suas vidas. **Porém entendesse que as famílias reproduzem valores familistas que fazem parte das suas singularidades.**

Neste sentido, é importante reforçar que mesmo estando numa perceptiva de Estado mínimo, o Brasil possui um sistema de seguridade social que oportuniza a milhões de famílias acesso às políticas as quais, historicamente nunca tiveram acesso. Então se reconhece a importância das Políticas Sociais e sua contribuição na singularidade das famílias entrevistadas.

Enfim acredita-se que a incidência do familismo está presente na vida dessas famílias, pois o familismo é algo que está incorporado na política social na contemporaneidade. No entanto, é inegável que para as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade o Estado é fundamental para o acesso à saúde pública, à educação e assistência Social.

REFERÊNCIAS

ANDERSEN, Gosta Esping. *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Brasília, DF, 2004.

_____. As três economias políticas do Welfare State. In: ANDERSEN, Gosta Esping -. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. São Paulo: Lua Nova, 1991.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **DESMERCADORIZAÇÃO E DESFAMILIARIZAÇÃO DO BEM-ESTAR NA AMÉRICA LATINA: uma breve análise dos sistemas de proteção social na região**. 2009. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/12.Impasses e Desafios das Políticas de Seguridades Social/DESMERCADORIZAÇÃO E DESFAMILIARIZAÇÃO DO BEM_ESTAR NA AMÉRICA LATINA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/12.Impasses_e_Desafios_das_Políticas_de_Seguridades_Social/DESMERCADORIZAÇÃO_E_DESFAMILIARIZAÇÃO_DO_BEM_ESTAR_NA_AMÉRICA_LATINA.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 213 p.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 91, de 1988. **Constituição Federal**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.618, de 29 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.. **Presidência da República**. Brasília, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8618.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico 2010: Famílias - Amostra**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=sc&tema=censodemog2010_famil>. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. . Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida. 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

BRASIL. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990 – dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. BRASIL. *Lei N.º. 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO.. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASÍLIA. Tereza Campello. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. CFESS, ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e competências Profissionais. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009, p. 575 – 591.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.A, GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e Violência doméstica: Fronteiras do Conhecimento**. São Paulo: Cortez ed, 1993.

CAMPOS, Edson Telê. Bases teóricas da formação socioespacial da região metropolitana de Florianópolis. In: CAMPOS, Edson Telê. **A expansão urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 39-104.

CHRISTOFOLI, Ana Lúcia Caetano. **Plano de Ação**. Florianópolis: Lar Fabiano de Cristo, 2016.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 55-88.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____ (Org.) DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-42.

Departamento de Territorialização e Cadastramento. **Divisão dos Distritos Sanitários por Centros de Saúde no Município de Florianópolis**. 2013. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/secretaria/css.php#>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Brasil). **Custo da cesta básica tem alta em 13 capitais e redução em 14**. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2016/201610cestabasica.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

INSTITUTO COMUNITÁRIO GRANDE FLORIANÓPOLIS (Florianópolis). **Sinais Vitais: checkup 2015**. Disponível em: <<https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/9298/1460123112SINAIS+VITAIS+2015+ESPELHADO+2.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2016.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. MDS/UNESCO, 2009 (p. 57-86) LAR FABIANO DE CRISTO (Rio de Janeiro). **Fundamentos Filosóficos**. Disponível em: <<http://www.lfc.org.br/institucional/fundamentos-filosoficos/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 19-29.

MEDEIROS, Marcelo; OSORIO, Rafael. Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. 2001.

MIOTO, R. C. T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza,. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 110, p.270-287, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000200004>.

PEREIRA, P. A. P. **Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio**. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem - estar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas & questões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projetos Executados pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental**. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/22_11_2011_18.02.16.3d72dd0aa96d6b80a3eace403a0682ae.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Rede Socioassistencial Cofinanciada**. 2014. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/04_09_2014_13.10.00.448eebcde8151722ba29c87f2d0d5e99.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – 06 a 15 anos – Centros de Educação Complementar/CEC**. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servpagina&menu=3&id=4598>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral as famílias**. Disponível em:

<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=servpagina&menu=3&id=4597>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SIERRA, Vânia M.. Indivíduo, sociedade e família. In: SIERRA, Vânia M.. **Família: teorias e debates**. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 1, p. 7-27.

SILVA, Maria Ozarina Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. 2007. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org:9081/articulo.oa?id=63013517006>>. Acesso em: 10 out. 2016.

STICOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da Assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O Mito da Assistência Social: Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social & Sociedade, São Paulo**, v. 23, p. 9-25, 2002.

TEIXEIRA, Solange M. **A Família na Política de Assistência Social: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI**. Teresina: EDUFPI, 2013.

_____. Trabalho Social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.4-23, 15 jul. 2010. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v13n1p4>.

YASBECK, Maria Carmelita. **Estado e Políticas Sociais**. Disponível em:

<http://files.adrianonascimento.webnode.com.br/200000175-4316b440ff/Yazbek_Maria_Carmelita_Estado_e_politicas_sociais.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Resolução 466/2012)

Meu nome é Aliny Jullian Ferreira Costa, sou aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e gostaria de convidá-la para participar de uma pesquisa sobre a contribuição ou não contribuição do Estado na vida das famílias através de seus serviços.

Este estudo tem como objetivo principal analisar a incidência do familismo na singularidade das famílias do município de Florianópolis/bairro Monte Cristo. Caso aceite o convite, você passara por uma entrevista comigo, para que eu consiga entender a realidade familiar e suas percepções a cerca dos serviços oferecidos pelo Estado.

A duração aproximada dessa entrevista será de 45 minutos, e a conversa será gravada para não se perder nenhum detalhe da conversa. Garantimos que tudo será tratado com sigilo absoluto e que sua identidade bem como de toda a família será preservada.

As informações que forem prestadas serão utilizadas apenas para desenvolver uma análise de trabalho de conclusão de curso de forma respeitosa, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo (a) será mantido em sigilo.

Será combinado com intendência o dia e o horário, lembrando que as entrevistas aconteceram na instituição Lar Fabiano de Cristo/ Casa Arnaldo São Thiago. Os responsáveis pela pesquisa se comprometem a seguir e cumprir com todas as determinações da Resolução nº 466/2012 do CNS que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

O presente termo será impresso em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante de pesquisa, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela (s) pessoa (s) por ele delegada (s). Em ambas as vias constam o endereço e contato telefônico dos responsáveis pela pesquisa, pelos participantes da pesquisa e do CEP local. Desde já agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Em caso de dúvida(s) em relação ao projeto e pesquisa, poderá entrar em contato com a responsável principal: Aliny Jullian Ferreira Costa Endereço: Rua Manoel Pedro Teixeira, 378. Rio Vermelho/Florianópolis. E-mail: alinyjullian@outlook.com. Telefone: (48) 8820-2598. Também poderá entrar em contato com a orientadora: Prof. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: rubia.santos@ufsc.br. Segue também o endereço do CEP- Prédio Reitoria 2 (Edifício

Santa Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, n° 222-Sala 902. Trindade- Florianópolis.
CEP: 88040- 400. Contato: 48 3721 6094. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br.

Informamos ainda que apesar de sua colaboração não lhe trazer benefícios diretos, nem remuneração, poderá contribuir com informações importantes no final do estudo sobre o assunto discutido. Além disso, garantimos que você não terá nenhuma despesa para participar da pesquisa, de igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, você será devidamente reparado, de forma imediata ou tardia, conforme determina a lei.

Ao aceitar participar, você deve assinar esse termo de consentimento, juntamente com a pesquisadora, termo do qual de você terá uma cópia. Grata pela sua atenção.

CONSENTIMENTO

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Eu, _____
_____ Residente no endereço _____ Fone:

Fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar.

Assinatura do Participante

Data

Assinatura do Pesquisador

Data

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS

PARTE I

- 1) Composição Familiar
- 2) Idade
- 3) Naturalidade
- 4) Renda Familiar
- 5) Situação no mercado de trabalho
- 6) Situação de moradia

PARTE II

- a) Quais as políticas sociais e serviços que sua família acessa?
- b) Quais as condicionalidades que lhes são exigidas para que você e sua família continuem, ou seja, inseridos nessa política/serviço?
- c) O que você acha que é ter acesso aos benefícios/programas/serviço?
- d) Qual a sua avaliação sobre os programas/serviços que sua família acessa?
- e) Quais as contribuições que o Estado faz na vida da família? (através de benefícios, programas, projetos, outros).
- f) Como você obteve o benefício?
- g) Você acha que o benefício auxilia na renda familiar de alguma maneira?